

5 – OS PRODUTORES DE LEITE NA COMUNIDADE DA CANOA:

persistência e resistência

5.1 – Processo de produção e comercialização do leite

Quando falamos em rebanho bovino destinado à produção de leite, cabe destacar que os animais puros das raças aperfeiçoadas são, em sua maioria, os que mais produzem, além de manterem sua produção por mais tempo.

Dentre as raças especializadas na produção de leite (SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7., 2005)²⁹, as principais são as holandesas, as inglesas (Jersey, Guernsey e Ayrshire), as francesas (Flamenga e Bretã), e ainda a dinamarquesa vermelha. Existe ainda outro grupo de raças com destaque para a produção leiteira, são as raças mistas, destacando-se as inglesas Devon, Red Polled e Red-Lincoln, a francesa Normanda e as suíças Schuwitz e Simental. Estas também são destinadas à produção de carne.

De acordo com informações obtidas no site www.milkpoint.com.br, as raças Schwitz e Normandas são criadas como leiteiras, principalmente a primeira, pelo volume de leite que produzem. Muitas vezes, a criação dessas raças puras torna-se difícil em um país como o Brasil, devido ao clima, às temperaturas elevadas, às condições das pastagens e também em razão da presença de algumas doenças.

É por esse fato que muitos produtores recorrem ao cruzamento ou à mestiçagem, com o intuito de criar animais mais rústicos, que se adaptem melhor às condições de um país tropical

²⁹ INTERLEITE – SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7º., 2005, Uberlândia.

como o Brasil. O gado Zebu é considerado ideal para alcançar essa rusticidade, sendo que, no Brasil, existem, atualmente, as raças zebuínas de origem indiana, Guzerá, Gir, Nelore e Shindo vermelha, além da Indubrasil, obtida por meio do cruzamento entre Guzerá e Gir. Cabe ressaltar que, à medida que se dissemina o sangue Zebu em um rebanho, ele se torna mais rústico, porém sua produção leiteira decresce.

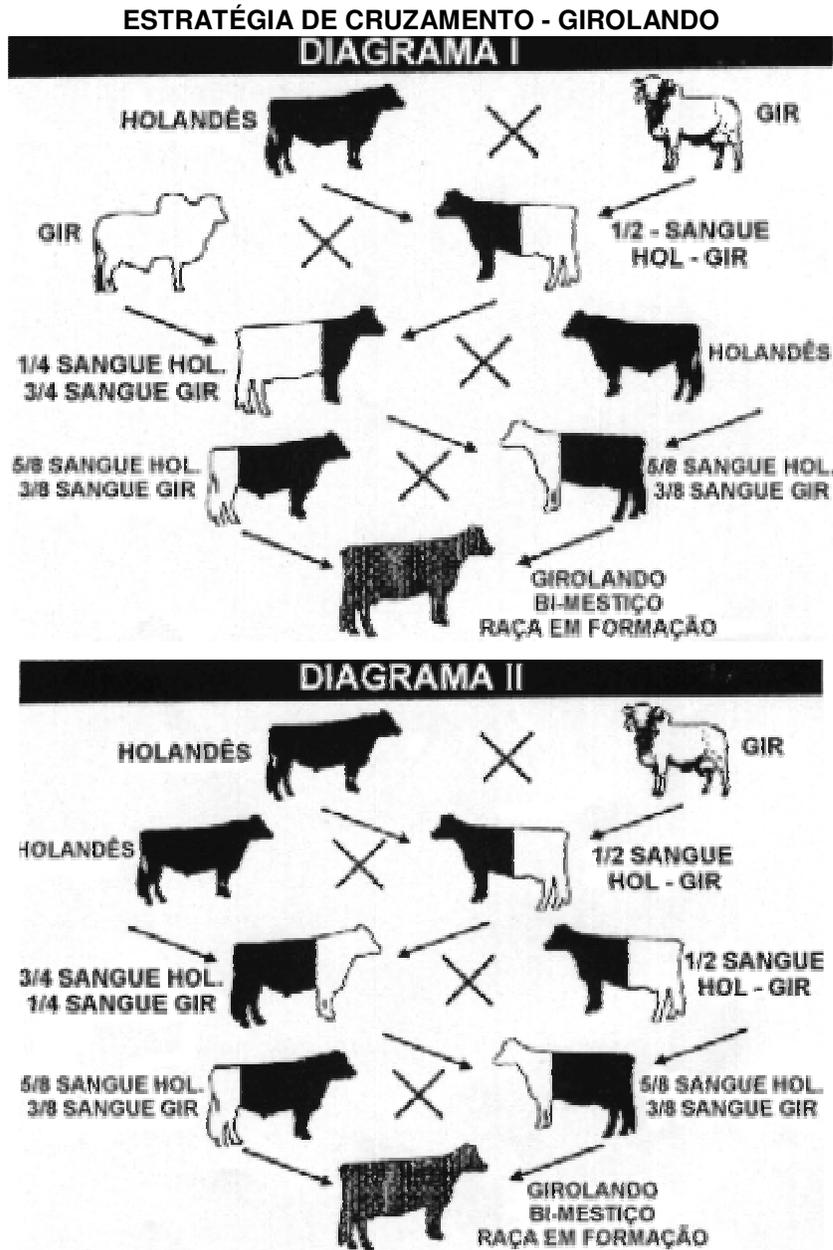
As primeiras notícias do surgimento de animais girolando, datam da década de 1940. (www.agronline.com.br, 2005). Em virtude de anseios dos criadores brasileiros, eles começaram a praticar o cruzamento de Gir com o Holandês intensamente, procurando duas raças que se complementassem com rusticidade e produtividade.

A multiplicação desses animais, mesmo desordenadamente, foi acelerada pela alta produtividade e eficiência reprodutiva. Atualmente (2005), encontramos o Girolando em todos os estados do Brasil.

A raça, fundamentalmente produto do cruzamento do Holandês com o Gir, passando por variados graus de sangue, direciona-se visando à fixação do padrão racial, no grau de $5/8$ Hol + $3/8$ Gir, objetivando um gado produtivo e padronizado. Assim, podemos observar, na figura 24, as estratégias de cruzamento.

As fêmeas Girolando, produtoras de leite, possuem características fisiológicas e morfológicas perfeitas para a produção nos trópicos (capacidade e suporte de úbere, tamanho de tetas, fatores intrínsecos à lactação, pigmentação, capacidade termo-reguladora, aprumos e pés fortes, conversão alimentar, eficiência reprodutiva, etc.), atribuindo um desempenho satisfatório economicamente. (www.agronline.com.br).

Figura 24 – Estratégia de cruzamento – Girolando - 2005



Fonte: Disponível em: <<http://www.abccriadores.com.br/pecuaria/pecleite.htm>>. Acesso em 24 nov. 2005.
 <http://www.agronline.com.br/agrolinks/Cooperativas_e_Associacoes/Associacoes/more2.php> Acesso em 24 nov. 2005.

Os machos, por sua adaptabilidade (capacidade de aproveitamento de pastagens grosseiras, resistência a doenças e parasitas, velocidade de ganho de peso etc), conseguem

desempenho comparável a qualquer cruzamento industrial específico para carne, quando colocados em situações idênticas de criação.

O girolando surgiu e proliferou espontaneamente no Brasil, pelo próprio ciclo biológico e evolutivo, adaptada ao clima tropical, seu habitat natural. Sua capacidade de auto-regulação do calor corporal, sua conformação muscular e esquelética, aprumos e pés fortes, hábito de pastejo, capacidade ruminal, são condições que lhe imprimem grande resistência e adequação ao meio ambiente. (www.agronline.com.br).

Longevidade, fecundidade e precocidade estão bem evidentes no girolando, virtudes herdadas do Gir e Holandês, resultando em ótima produção vitalícia e uma prole numerosa, que se inicia, normalmente, aos 30 meses de idade (idade da 1.^a cria), seu pico de produção leiteira chega até os dez anos e produz satisfatoriamente até os quinze anos de idade. (www.agronline.com.br).

A eficiência reprodutiva do girolando é seu ponto forte (intervalo entre partos ideal e maior número de partos por vaca), a fertilidade é melhor quando o animal está em clima ideal.

Alguns dados são mais interessantes, tais como: o embrião do girolando é mais resistente, suportando uma variação maior de temperatura; e o período de gestação é precoce, sendo intermediário entre o Gir e Holandês, 285 dias. O intervalo entre partos encontra-se em torno de 410 dias. (www.agronline.com.br).

Podemos observar algumas características da raça girolando, tais como: produz satisfatoriamente sob pastejo e consegue aproveitar muito bem as forragens de baixa qualidade; a média de produção leiteira por lactação é de 3.600 Kg. (duas ordenhas/dia) em 305 dias, com 4 % de gordura, acumulando uma produção vitalícia acima dos 20.000 Kg de leite, que se inicia, normalmente, aos 30 meses de idade; o período de lactação médio gira em torno dos 280 dias, tendo o pico de produção entre os 30 e 100 dias; adapta-se bem a qualquer tipo de manejo,

mesclando a criação sob pastejo com confinamento, tendo bom desempenho com a ordenha mecânica e sem a presença do bezerro ao pé. (www.agronline.com.br).

Responsável por 80 % do leite produzido no Brasil, fica evidente a afinidade da raça girolando com o tipo de exploração, propriedades, mercado e o produtor nacional. (www.agronline.com.br).

Do total de produtores de leite da Comunidade da Canoa pesquisados, 38,5 % declaram não utilizar nenhuma técnica de manejo de pasto, no restante, predomina o emprego de piquetes e rotação de pastos. O tipo de pastagem que prevalece é a *brachiária*, e o gado mais utilizado é o girolando (Figura 25).



Figura 25 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : gado leiteiro girolando - 2005

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Conforme ressaltamos, no Brasil, há uma variedade considerável de raças especializadas na produção de leite, porém a produção, pode ser dividida, basicamente, em duas fases: a da

estação seca e a das águas. Na estação das águas, mesmo sem rações suplementares, as vacas dão um bom rendimento, ao contrário da época das secas, quando as vacas que se alimentam somente de pastagens emagrecem muito, atingindo a metade, ou até menos, da produção alcançada na época das águas. Na época das secas, as vacas param de produzir leite para amamentar suas crias, e muitos produtores são obrigados a colocar as vacas no pasto com os bezerros, o que leva a um período de interrupção da produção de leite.

Para evitar prejuízos desse tipo, muitos produtores complementam a alimentação das vacas por meio de concentrados, rações balanceadas, farelos, além de forragens que são armazenadas para este fim. Portanto, 37,5% oferecem suplementação à alimentação do gado, na época da seca, com silagem de milho (Tabela 27). Em seguida, com 20,8% dos produtores, que oferecem a suplementação de ração com sal mineral; 8,3 % não utilizam tipo algum de trato no período da seca; e 12,5 % oferecem cana triturada com ração. O uso de suplementação alimentar garante uma produção contínua de leite, não apresentando grandes quedas durante o período da seca.

Tabela 27 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): alternativas de alimentação para o rebanho no período de seca (%) – 2005

Alternativas	Número de entrevistados	%
Cana triturada + Ração	03	12,5
Silagem de milho	01	4,2
Silagem de milho/sorgo + Ração	09	37,5
Ração + Sal mineral	05	20,8
Outros	04	16,7
Não utiliza nenhum tipo de trato na seca	02	8,3
Total	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Verificamos que, no período das águas, a alimentação do rebanho é composta, prioritariamente, por pastagens, porém também são introduzidos outros complementos alimentares, como ração concentrada, silagem de milho, cana e sorgo. Na entressafra, também se verifica a introdução de várias opções de alimentos. Embora as pastagens ocupem a posição de principal alimento do rebanho, observa-se que, por ordem de importância na alimentação do rebanho, tem-se, após as pastagens, a introdução da cana-de-açúcar, bem como da silagem de milho, ração concentrada, sal mineral, farelo de soja e silagem de sorgo. Produtos como farelos, ainda que propiciem um aumento da produção, são pouco utilizados pelos produtores, pois têm custo elevado, o que encarece a produção de leite.

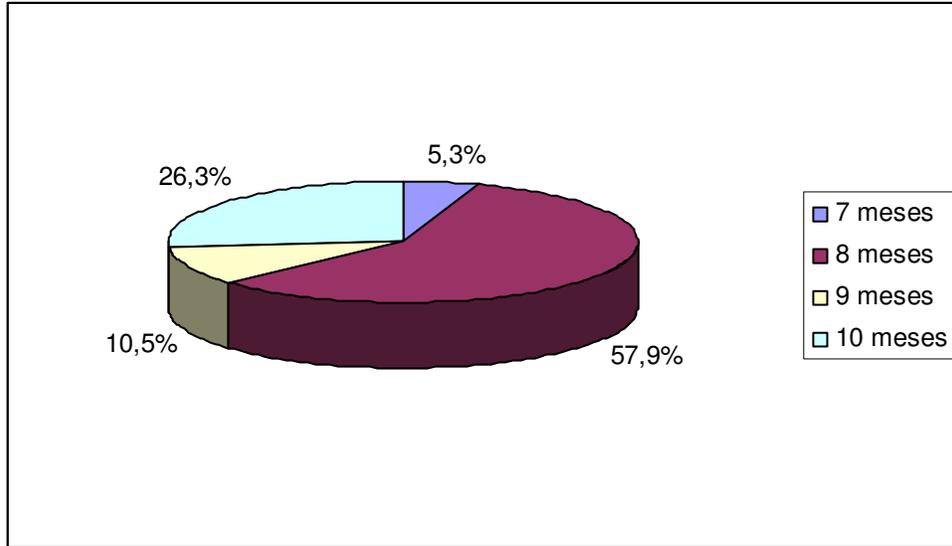
Além da alimentação, outros fatores influenciam na produção de leite, como a idade da vaca e o período de lactação. Durante a lactação, a produção de leite varia tanto com relação à quantidade quanto à qualidade. Esse período dura, aproximadamente, 10 meses, sendo que a produção aumenta no primeiro mês, estabiliza-se no segundo ou terceiro, começando a declinar no quarto mês e, do quinto mês em diante, diminuindo cada vez mais.

Quanto mais prolongada for a lactação, menor será a produção final. A duração do período de lactação varia com as características do animal. Uma vaca de baixa produção, geralmente, tem uma lactação de menor duração, ao passo que, em vacas com boa produção, é comum o período de lactação prolongar-se até o nascimento da nova cria.

A idade de desmame dos bezerros também é importante para a produção da vaca, uma vez que o desmame implica maior quantidade de leite para o produtor. Todavia a maioria dos produtores não desmama os bezerros nos primeiros meses após a cria. A figura 26 representa o percentual de produtores em relação à idade de desmame dos bezerros na Comunidade da Canoa.

Verificamos que a maioria dos produtores, ou seja, 57,9%, desmamam os bezerros com idade de 8 meses; 5 produtores (26,3%) desmamam os bezerros com 10 meses; 10,5% desmamam com 9 meses; e 1 produtor (5,3%) desmama com 7 meses.

Figura 26 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : participação de produtores em relação à idade de desmame dos bezerros (%) – 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

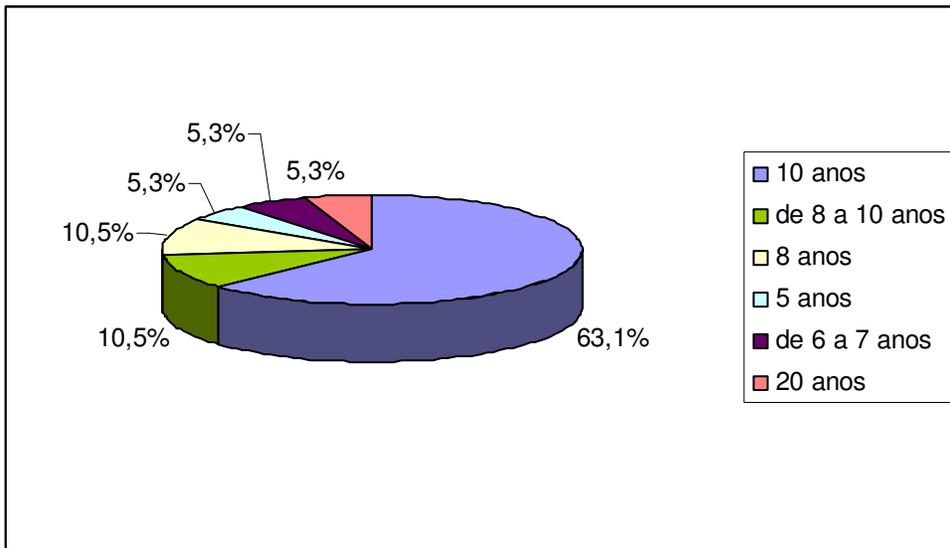
Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Outro fator que exerce grande influência na produção de leite é a idade, que interfere mais na quantidade de leite produzido do que na sua qualidade. De acordo com informações obtidas no site www.milkpoint.com.br, a produção de leite é iniciada quando a vaca atinge, mais ou menos, 2 anos de idade e vai aumentando, sendo que a produção máxima ocorre quando a vaca tem entre 5 e 6 anos até 8 e 9 anos. Isto acontece da terceira à sexta cria e diminui até a décima cria, época em que, de um modo geral, termina a vida útil da vaca. A idade média de produção máxima de uma vaca varia também conforme as raças. No caso da raça Jersey, a produção máxima se dá na quarta cria, no caso da holandesa, na sexta cria.

De um modo geral, as vacas consideradas “boas” na produção de leite vivem mais do que as ruins. Os produtores, principalmente os especializados, procuram repor as matrizes assim que

estas diminuem a sua produção. Na figura 27, temos a idade indicada pelos produtores entrevistados para repor as matrizes.

Figura 27 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação de produtores em relação à idade de reposição das matrizes (%) – 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Verificamos que 63,1% dos entrevistados, ou seja, 12 produtores, adotam uma idade específica de 10 anos para repor as matrizes. É um período considerado normal para repor as matrizes, pois, por volta dessa idade, já se encerra a vida útil da vaca. Observamos que 10,5% dos entrevistados repõem as matrizes, quando estas têm entre 8 e 10 anos. Essa troca começa a ser feita a partir dos 5 anos (5,3%), porque a maioria do rebanho dos entrevistados não é composta por vacas especializadas na produção e, portanto, começam a declinar a sua produção a partir dessa idade. Há ainda o caso de produtores que repõem as matrizes quando estas têm 6 e 7 anos, o que foi verificado entre 5,3% dos produtores. Neste caso, também revelam a não especialização da produção, pois os produtores vendem as vacas praticamente antes delas começarem a atingir a produção máxima. Há casos de produtores que optam por repor as matrizes quando estas têm 20 anos de idade, o que foi revelado por um produtor (5,3%) do total de entrevistados.

Após todo o processo de produção, outra etapa importante é a escolha do melhor meio de comercializar a produção. Os dados da pesquisa mostraram que a principal forma de comercialização do leite, na Comunidade da Canoa, é a entrega do leite *in natura* às empresas: Laticínio Canto de Minas (31,6%); Laticínio Guadalupe (26,3%); Laticínio COOPONTAL (26,3%) e 15,8 % Nestlé (Tabela 28).

Tabela 28 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores na venda do leite *in natura* às empresas (%) – 2005

Empresas	Número de produtores*	%
Laticínio Canto de Minas	6	31,6
Laticínio Guadalupe	5	26,3
Laticínio COOPONTAL	5	26,3
Nestlé	3	15,8
Total	19	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

* Número de produtores (19) que vive da atividade leiteira na Comunidade da Canoa, os demais (7) não vivem desta atividade.

Percebemos, no Brasil, um domínio crescente das empresas multinacionais na compra e beneficiamento do leite frente às empresas de capital nacional. No entanto, no município de Ituiutaba, especificamente na Comunidade da Canoa, a maior parte dos produtores ainda está entregando para os laticínios Canto de Minas, Guadalupe e Nestlé (Figuras 28, 29 e 30).



Figura 28 – Laticínio Canto de Minas / Ituiutaba (MG) - 2005

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 29 – Laticínio Guadalupe / Ituiutaba (MG) - 2005

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 30 – Nestlé / Ituiutaba (MG) - 2005

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Essas empresas, responsáveis pelo comércio do leite em Ituiutaba e região, podem definir os preços pagos ao produtor, o que dificulta ainda mais a melhoria de renda de tais produtores, aumentando o mercado informal de leite.

Tratando-se de aspectos ligados à comercialização, é importante um trabalho de incentivo à constituição de pequenas agroindústrias de beneficiamento de leite que em outros estados, têm alcançado sucesso. A formação dessas agroindústrias possibilitaria a melhoria no preço por litro de leite, recebido por produtores menos especializados, incentivando tais produtores a melhorar sua produtividade e a qualidade de produção.

5.2 – Relação comercial entre produtor de leite e indústria

Desde o início dos anos de 1990, com o término do controle de preços do leite pelo Estado, os produtores, que antes centravam suas reivindicações por reajustes junto ao governo, passaram a conviver com uma situação nova: o exercício de negociar o produto com os possíveis compradores, representados pelas cooperativas e indústrias. Isto trouxe perturbações no mercado, particularmente na relação produtor-indústria, uma vez que não havia uma cultura de negociação entre esses dois segmentos, já que os preços eram fixados por meio de portarias governamentais.

Foi um "sufoco" para a maioria dos produtores devido à inexperiência em negociar seu produto, seja individualmente ou em grupo. As tensões passaram então a ser vividas no âmbito das cooperativas, principalmente com o acirramento de disputas, bem como entre produtores e laticínios. Como conseqüência, surgiram discussões entre os agentes tendo em vista maior eficiência na administração de seus negócios, tanto na produção quanto no processamento e na distribuição do leite. (GOMES; CARNEIRO, 2000, p.1)

Na verdade, os produtores passaram a aceitar os preços que os compradores decidiam pagar pelo leite recebido. Tal situação, ainda presente, pode levar a produção a tornar-se insustentável em razão do valor pago ser, em muitos casos, abaixo do custo de produção. Na realidade, os preços, em geral, são comunicados aos produtores quando se realiza o pagamento mensal, que ocorre, geralmente, em meados do mês seguinte ao da entrega do produto. Em outras palavras, o preço, que, até no início dos anos de 1990, era fixado e previamente conhecido, passou a ser um preço surpresa, sendo descoberto apenas no dia do pagamento mensal do leite, já entregue muito antes.

Portanto, muito se tem falado e escrito sobre as grandes transformações ocorridas no agronegócio do leite nesta década (1990), em especial, após o Plano Real, quando tivemos recordes de crescimento na produção e na produtividade, aumento do volume produzido por fazenda, estímulo e grande avanço no transporte granelizado, melhoria da qualidade, expansão e

busca de eficiência no setor industrial, evolução no consumo, enfim, uma década de mudanças radicais. Essa é a conclusão a que se chega ao analisar o sistema agroindustrial do leite em sua totalidade.

Os produtores, inseguros com os preços, ficam acuados e resistentes a adotar tecnologias com maior capacidade de resposta à produção, não arriscando maiores investimentos no seu negócio. Não investindo em tecnologias, operam com grande sazonalidade na produção, tendo como ônus variações de preços ainda mais acentuadas no que diz respeito ao leite extra cota. Insatisfeitos com os preços recebidos e sem poder de barganha, o resultado é conhecido: produtores mudando e passando por diferentes compradores, atraídos pelas ofertas de pequenos acréscimos de preços. Assim, como regra geral, não há compromisso de ambas as partes.

Para uma harmonia entre produtor e indústria, há a necessidade de fortalecimento dos agentes que atuam no mercado, equilibrando as forças entre eles. Nesse sentido, as empresas e as representações de produtores podem e devem exercer importantes papéis, até o de sensibilizar o governo a cumprir sua função de regulador do mercado.

Uma questão que se coloca é a utilização de contratos formais de compra e venda de leite. Embora pouco se tenha falado e escrito sobre esse instrumento, são inegáveis suas vantagens para proteger os interesses de ambas as partes, vendedor e comprador.

Do lado da indústria, pode-se estabelecer, via contratos, a fixação de indicadores de qualidade desejáveis para fabricação de derivados, bem como exigir maior regularidade no volume de leite entregue ao longo do ano, definindo quantidades máximas e mínimas a serem fornecidas. Outros aspectos que podem fazer parte desse instrumento dizem respeito a questões de transporte, horários para recepção do leite, condições de preços e prazos para pagamento diferenciadas de acordo com as modalidades negociadas.

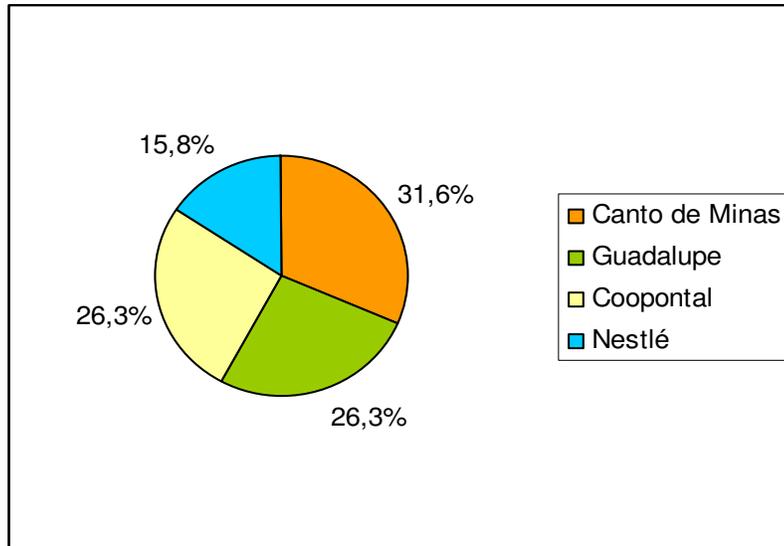
Do lado dos produtores, ao estabelecer condições relativas à quantidade, qualidade, preços e prazos para recebimento do seu produto, ficam protegidos da incerteza relativa a sua renda, assegurando melhores condições para o planejamento e condução de seu negócio.

Evidentemente que, para garantir maiores chances de funcionamento dos contratos formais, certas condições devem ser atendidas. Podemos destacar que a padronização da matéria-prima entregue às indústrias é de suma importância. Para tanto, o Programa Nacional de Qualidade do Leite pode dar grande contribuição. Em termos de quantidade, tem-se que diminuir a sazonalidade de produção ao longo do ano.

Os poucos contratos promovidos ocorreram com produtores especializados, que apresentam regularidade de produção ao longo do ano, elevando o volume produzido diariamente e a qualidade do produto bem superior à média encontrada no mercado. Assim, investir na adoção de contratos formais na relação produtor-indústria pode reduzir ou registrar comportamentos oportunistas de ambos os segmentos. Sem dúvida, o maior ou menor uso desse instrumento irá depender das lideranças e órgãos de classes dos produtores para aumentar sua força política e fazer com que suas posições repercutam junto ao governo. Este não pode deixar de exercer o seu papel de regulador, aplicando a lei para maior equidade na distribuição dos ganhos da cadeia produtiva do leite.

O produtor, ao optar por vender o leite a determinado laticínio, em tese, irá considerar os aspectos tradicionais, como o preço e a idoneidade da empresa, como também a oferta de serviços que lhe são importantes (Figura 31).

Figura 31 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores em relação às empresas responsáveis pela compra do leite (%) – 2005

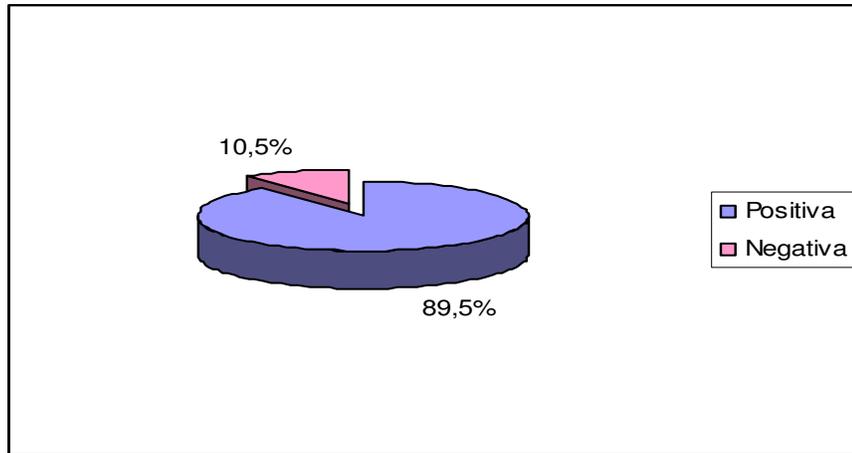


Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005. Org. GOBBI, W.A. de O./2005

A granelização, em si, já representa um passo importante na direção, ao reconhecer a existência de importantes ganhos de eficiência e qualidade embutidos na gestão dos fornecedores, em especial, na concepção do processo de captação de leite. O estreitamento do relacionamento, ainda que de forma incipiente, pode sugerir algo mais nesse sentido, respondendo, talvez, ao reconhecimento de que maior transparência e visão de longo prazo são importantes para a preservação e para o crescimento de fornecedores que têm produção com constância e qualidade. Outros aspectos que podem influenciar esse comportamento são as diretrizes globais de algumas empresas, bem como uma possível estratégia para fazer frente a um papel que, historicamente, sempre coube às cooperativas.

De acordo com a figura 32, os produtores de leite da Comunidade da Canoa acreditam que a relação com a empresa seja positiva (89,5%), e 10,5% crêem que a relação é negativa, devido à falta de assistência e aos preços baixos do leite.

Figura 32 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): relação do produtor com a empresa (%) - 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005. Org. GOBBI, W.A. de O./2005

No entanto o produtor vem passando por um bom momento desde meados do ano passado (2004), com os custos dos insumos sob controle, as exportações em alta, as importações em baixa e o mercado interno aquecido, resultando em preços mais elevados para a matéria-prima e poucas oscilações. Nesse cenário, o relacionamento tende a ser mais fácil. Agora (2005), entramos em um cenário mais incerto, com o dólar excessivamente desvalorizado, reduzindo exportações e estimulando as importações. O mercado interno também deu mostras de desaceleração, e os preços do leite andaram caindo. Nesse novo cenário, surgem especulações, e percebemos que o relacionamento entre produtor e indústria ainda é marcado por algum grau de desconfiança e que a assimetria de informação ainda está presente. Nesses momentos de incerteza ou transição, a impressão que dá é a de que a relação volta a se balizar pelo curto prazo e não mais pela visão de longo prazo.

Assim, analisando o exposto até aqui, consideramos que haja indícios de melhora da gestão da rede de suprimentos, que poderão contribuir para a evolução do relacionamento entre os elos da cadeia de laticínios. Tais indícios, no entanto, são recentes e, como tais, podem não ter

total prioridade se o mercado se voltar para o curto prazo. Sendo otimistas, no entanto, acreditamos que o setor está caminhando, mesmo que devagar e com possíveis sobressaltos, para o melhor relacionamento entre os elos, como fruto do reconhecimento de que um novo modelo é necessário para que se criem condições de longo prazo para o crescimento e para a geração de valor na cadeia.

5.3 – Situação da pecuária leiteira na visão dos proprietários

No que se refere à avaliação do produtor sobre o mercado leiteiro, não houve muitas divergências nas respostas. Basicamente, destacamos o baixo preço do leite, o alto custo da produção, a falta de recursos, de apoio do Estado, pouca infra-estrutura, como podemos observar nos depoimentos seguintes:

"Encontramos tudo quanto é dificuldade. Os banco exige muito aval, o pequeno produtor nu tem, é uma dificuldade grande pro produtor conseguir, quando consegue. O pequeno sempre sai perdendo, se ocê fô comercializar é muito diferente do grande."

"Tá ruim o mercado do leite, devido o preço do leite, preço da ração, dos custos, principalmente dos insumo, né".

"A grande maioria dos pequenos produtor mora na roça, hoje, e é tiradô de leite. Então, se o preço do leite tá ruim, pro produtor tá ruim, né. Nós dependemo do leite, uai."

Apesar de todos os problemas apontados, um produtor chama a atenção para o alto custo da produção, pois, para ele, a raiz do problema não é o preço pelo qual o produto é comercializado, mas, sim, o custo de produção:

"o grande custo de produção, produto veterinário muito caro, ração muito cara, então é isso aí. Insumos muito caro, também pra fazê silagem, essas coisas sai caro. Então, eu acho que o problema nem tanto é o preço do leite, mas sim, o custo da produção que é alto demais."

Ao ser questionado sobre os problemas enfrentados pelo produtor de leite, um produtor da Comunidade da Canoa respondeu que a oscilação do preço do leite não possibilita planos futuros, pois a falta de previsão dos rendimentos não deixa margens para planejamentos.

Para Alentejano (1997), os produtores familiares, durante o processo de modernização da agricultura, sofreram um forte processo de diferenciação social, dividindo-se em dois grandes grupos. Uma parte dos agricultores familiares foi totalmente expropriada dos seus meios de produção, tornando-se assalariados urbanos e rurais. A outra parte continua como proprietários, mas com uma total subordinação ao capital. Alguns produtores transformam-se em integrados às agroindústrias, outros necessitam complementar sua renda com atividades não-agrícolas, e outros se tornaram especializados, ficando totalmente à mercê de mercados monopolizados.

Os produtores da Comunidade da Canoa fazem parte do segundo grupo citado por Alentejano (1997), pois a especialização na pecuária leiteira é característica marcante entre eles, conforme demonstrado anteriormente.

A especialização dos produtores, na pecuária leiteira, subordina-os a um mercado monopolizado, que dita preços e exige qualidade do produto. Alguns produtores reconhecem o problema da especialização em um único ramo, e chamam a atenção para o fato de que uma das saídas para o produtor seria a diversificação de atividades, conforme expresso nas seguintes afirmativas:

"um dos grandes problemas que o produtor da Comunidade da Canoa tem aqui é, a exclusividade da produção de leite,né. Todo mundo só pensa em tirá leite. Ele não interessa em criá frango, porco, pra nada, é só leite. Então, todo mundo daqui é viciado no leite, né. Acho que o grande problema do produtor de leite é a cabeça mesmo, só quer aquilo e não quer saber de outra coisa, parô no tempo, eu penso que o povo fala muito do preço do leite, mas ele nu diversifica de jeito nenhum. Penso que está faltando é incentivo pro pequeno produtor de leite."

"Eu acho que o problema maior que nos temos aqui hoje é a falta de diversificação de atividades, falta de dinheiro, basicamente é isso. Se a gente tivesse uma maneira além do leite pra ganhá dinheiro, eu acho que a história nossa seria outra bem diferente".

No tocante à diversificação, um dos problemas salientados pelos produtores é a falta de recursos, pois existe uma grande dificuldade para obtenção de crédito nas instituições financeiras.

Ao serem indagados sobre a existência de algum projeto futuro individual e sobre o futuro do produtor de leite, de acordo com alguns depoimentos, houve falta de coerência nas respostas, pois a grande maioria possui projetos para aumentar a produção, implantar o uso de tecnologias, melhorar o rebanho, usar técnicas de manejo de pastos, mas, ao mesmo tempo, não vêm perspectivas para o produtor de leite.

Tal fato vem ao encontro do problema da especialização, pois a maioria visualiza um quadro em que alguns citam até a extinção do pequeno produtor de leite, mas não vislumbram a possibilidade de diversificação.

Os depoimentos seguintes apresentam uma seqüência de respostas às perguntas que dizem respeito, em primeiro lugar, à existência de algum projeto futuro para a atividade, e, segundo, sobre o futuro do pequeno produtor de leite.

"Aumentá e melhorá, a gente tenta, né. Agora mudá, largá, não. Acho que o pequeno produtor de leite vai acabá".

"O projeto é o mesmo, até hoje vivi disso, melhorar o rebanho, vou continuá até não ter mais jeito."

"Quero melhorá, construir um baracão pra tirá o leite, aumentá a produção, mais vai acabá, viu."

Outros produtores destacam que o caminho para melhorar a situação do pequeno produtor é investir em diversificação e tecnologia, e chamam a atenção para a importância da união da classe, como uma das saídas para a atual situação:

"A gente tem que tenta diversificá. Tem a intenção de fazê piquete irrigado e miorá cada vez mais o rebanho, sabe.

Se o pequeno produtor uni, é de cada vez mais crescê, se não vai acontece o que muita gente fala, ele vai desaparecê, porque o pequeno que fica sozín, ele nu vai além."

"Eu quero vê se aumento a produção, usa tecnologia pra aumentá a produção, dentro dessa área, né. Comprá nu da conta, fazê outra coisa, nu dá conta, né."

"Se o pequeno produtor não uni ele vai sê extinto, ele não dá conta de mantê, se nu tivé unido num tanque comunitário, numa associação, num trem assim, vai se mei difícil."

5.4 – Problemas enfrentados pelos produtores de leite e medidas para sua permanência na atividade

A partir da iniciativa governamental, que conta com total apoio das empresas do setor lácteo, em preconizar a coleta de leite refrigerado e definir novos padrões de qualidade, milhares de produtores, em todo o país, vêm deixando de produzir leite.

Considerando que, em 2002, a produção brasileira de leite foi de 20,5 bilhões de litros, é importante destacar que 13,2 bilhões ou 64,4% refere-se à produção formal e 7,1 bilhões foram comercializados informalmente (MARTINS, 2005b).

O perfil dos produtores vinculados ao mercado informal difere-se em vários aspectos do produtor que comercializa o leite formalmente nos laticínios, pois, geralmente, não possuem equipamentos como ordenhadeira mecânica e tanque de expansão, apenas um pequeno rebanho, que, usualmente, é alimentado à base de pastagem de baixo valor nutricional e, em sua maioria, são pequenos produtores. A esse respeito, Martins (2005c) ressalta que a informalidade está diretamente relacionada à pequena produção, e que a maioria dos produtores que comercializa o

leite informalmente produzem até 100 litros/dia, sendo raros os produtores que ultrapassam esta produção diária.

Para Martins (2005b, p. 191), “[...] quem atua no mercado clandestino, é necessário frisar, não é a produção familiar, como se imagina. Pode até ser, e com frequência é a pequena produção, que não é sinônimo de produção familiar, no caso do leite”. De acordo com o autor, não podemos confundir a pequena produção de leite informal com produtor familiar, pois as duas são denominações distintas.

As informações obtidas no site www.milkpoint.com.br, no período de 1996 a 2001, mostraram que as oito maiores empresas do setor lácteo excluíram 56,2% dos produtores de leite dos seus quadros de fornecedores. Além dessa forma de exclusão, em que os laticínios deixam de coletar o leite daqueles produtores que não atendem às suas exigências, há medidas que, embora não sejam recentes, deixam de incentivar os pequenos produtores, como o caso do diferencial de preços pagos ao produtor, dependendo da qualidade de leite entregue.

Com o intuito de combater essa diferenciação, foi entregue uma proposta (Projeto de Lei 1051/93) à Câmara dos Deputados, propondo o estabelecimento de um preço único para compra do leite *in natura*, independente do volume e da qualidade da matéria prima entregue pelos produtores. De acordo com Martins (2005a, p. 3), “a idéia é evitar que os pequenos e médios produtores sofram com os baixos preços pagos para o leite, significativamente inferiores aos preços recebidos pelos maiores produtores”.

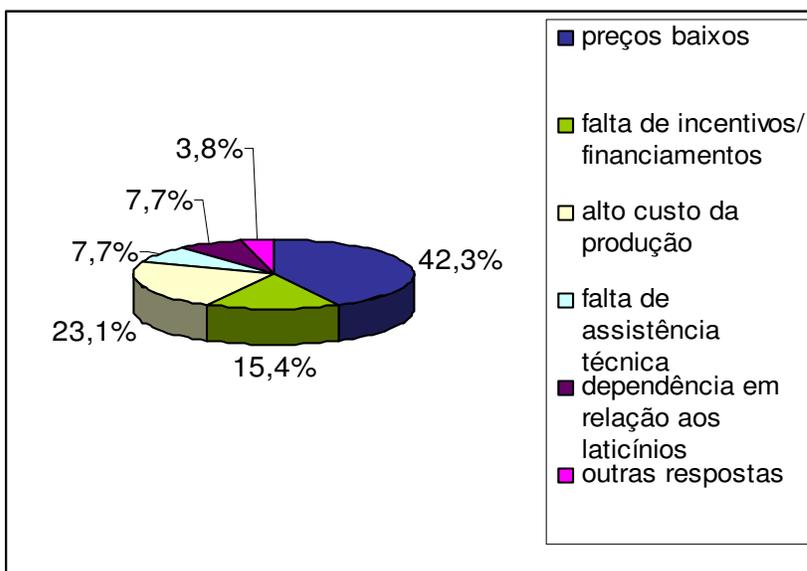
Esse projeto, se aprovado, possibilitará a permanência de pequenos produtores na atividade. No entanto os produtores mais tecnificados, que investiram em volume e qualidade, teriam seus preços reduzidos, o que se constituiria em um retrocesso diante de todas as exigências impostas até o momento, que têm como bonificação ao produtor, acréscimo ao preço do leite por

padrão de qualidade. Esse projeto de lei aumentaria a tendência de abandono da atividade, principalmente, entre os médios produtores.

Percebemos, assim, que os produtores de leite, notadamente os pequenos, vêm-se cercados por vários obstáculos que, praticamente, inviabilizam a atividade, e, embora a nossa defesa seja no sentido de que estes resistam, ainda que por meio da informalidade, não podemos negar que o comércio de leite informal não os coloca em uma posição de imunidade quanto a problemas enfrentados por qualquer pequeno produtor vinculado ao mercado formal.

Na Comunidade da Canoa, foram detectados alguns problemas enfrentados pelos produtores. O principal é o baixo preço pago pelo leite, o que foi relatado por 42,3% deles; o segundo problema apontado é o alto custo da produção, reclamação esta que provém de 23,1%; o terceiro problema citado pelos produtores refere-se à falta de incentivos/financiamento, o que foi manifestado por 15,4%; a falta de assistência técnica foi indicada por 7,7%; a dependência em relação aos laticínios, por 7,7%; e outros produtores (3,8%) apontam outras respostas (Figura 33).

Figura 33 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): principais problemas enfrentados pelos produtores de leite (%) – 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005. Org. GOBBI, W.A. de O./2005

O baixo preço do leite pago pelos laticínios é um problema que permeia todas as categorias de produtores, sendo uma reclamação constante, tanto entre pequenos, como entre médios e grande produtores. Apesar de reclamações referentes ao preço do leite, de acordo com informações do 7º Interleite (2005), no primeiro semestre de 2003, o preço do leite pago ao produtor passou de R\$ 0,44 (0,18 centavos de dólar) para R\$ 0,49 (0,20 centavos de dólar), e, embora seja um aumento irrelevante, comparado ao ano de 2002, o aumento foi de 26,9%. Entretanto, os custos de produção aumentaram muito mais, pois houve reajustes de 36,75 % no farelo de soja, 38,41% na silagem de milho e 35,78% no sal mineral, usados na alimentação animal.

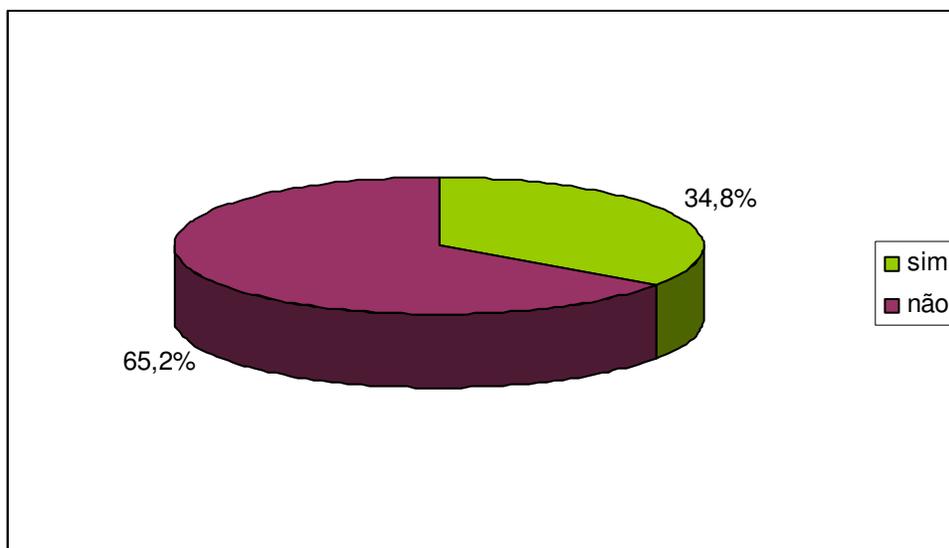
Quanto à assistência técnica, já abordamos no item anterior deste capítulo o quanto a sua atuação efetiva pode trazer benefícios ao produtor, assim como a sua ausência pode contribuir para que este produtor preserve hábitos que se constituem em retrocesso para quem deseja aumentar sua produção.

A dependência em relação aos laticínios é igualmente um problema sério no município de Ituiutaba, que, durante muitos anos, contou com a instalação da Nestlé. Cria-se uma dependência, pois a pecuária leiteira é uma atividade que, muitas vezes, passa de pai para filho, e o produtor pensa, em muitos casos, que deve seguir a tradição do pai de entregar o leite à empresa, trabalho feito pela família há vários anos.

A dificuldade de acesso a financiamentos constitui-se em um problema grave no setor agropecuário de um modo geral, o que também se reflete na pecuária leiteira. Dentre os produtores entrevistados na Comunidade da Canoa, vários relataram que são muitas as exigências para se conseguir financiamento, além do fato de os juros serem muito altos. Dessa forma, grande parte (65,2%) não se sente incentivada a aderir a uma linha de financiamento. A figura 34 traz informações referentes aos produtores que já fizeram algum tipo de financiamento direcionado

para a pecuária de leite. Dentre os entrevistados, verificamos que 34,8% já fizeram uso de financiamento voltado para a melhoria da produção de leite e a maioria, 65,2% dos produtores, nunca fez financiamentos dirigidos a pecuária leiteira.

Figura 34 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores na utilização de financiamentos para a pecuária leiteira (%) - 2004/05



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Pela tabela 29, verificamos os fins para os quais foram destinados o financiamento na propriedade.

Tabela 29 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos entrevistados nas formas de uso do financiamento (%) – 2005

Finalidade do financiamento	N.º de entrevistados*	%
Alimentação do rebanho	1	3,8
Aquisição de matrizes	2	7,7
Aquisição de tanque de expansão	5	19,2
Não fizeram financiamentos	18	69,2
TOTAL	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

* Dos 26 entrevistados somente 8 fizeram financiamentos.

Constatamos que, dentre os 8 produtores que fizeram uso do financiamento, 3,8% empregaram o dinheiro para a alimentação do gado (ração, sal mineral ...). Verificamos, ainda, que 7,7% utilizaram o dinheiro para aquisição de matrizes, o que é de suma importância, pois a eliminação de matrizes, aliada à utilização de raças sem aptidão leiteira, reduz quase que completamente a possibilidade de ganhos adicionais com a pecuária de leite. Observamos que 19,2% dos produtores utilizaram do financiamento para adquirir tanque de expansão, equipamento fundamental em tempo de modernização da pecuária leiteira.

Dessa forma, comprovamos que os problemas enfrentados pelos produtores de leite são importantes para que optem por se modernizar e continuar na atividade, quando há recursos para isso, ou abandonar a atividade. Os produtores entrevistados relataram que essas dificuldades poderiam ser contornadas por algumas medidas, tais como: facilidade de financiamentos; melhoria dos preços pagos ao produtor (principal medida indicada); acesso à assistência técnica; implantação de projetos de melhoramento genético/inseminação artificial e instalação de tanques comunitários.

Até o momento, já conhecemos os principais problemas enfrentados pelos produtores de leite, bem como as soluções apontadas por eles no sentido de lhes possibilitar a continuidade na atividade, porém, de forma que não tenham que “pagar para produzir”, conforme ocorre com muitos produtores.

5.5 – Representação social dos produtores

Procuramos analisar, também, as formas representativas de organização (sindicato, associação, cooperativa e outra) a que os produtores encontram-se vinculados e qual a importância dessas instâncias para os pequenos produtores.

De acordo com a maioria dos produtores, essas instâncias nada têm feito pelos pequenos produtores. Apenas alguns dos produtores fizeram considerações a favor da Cooperativa COOPONTAL de Ituiutaba. De acordo com eles, a COOPONTAL³⁰ comercializa a ração, oferece crédito nas compras no supermercado, vacinas com um preço mais acessível e a localização facilita o contato, pois se encontra próximo ao ponto de ônibus que vai até a Comunidade.

O veterinário da COOPONTAL divulga informações acerca do melhoramento do gado, equipamentos e discute sobre a qualidade da produção dos associados. Quando os associados enfrentam algum problema com o rebanho, eles solicitam a visita do veterinário. As despesas de transporte são por conta dos proprietários. Outros produtores acrescentam que “*nada sai de graça*”, caso a quota do leite não cubra as compras/serviços dos associados, a diretoria cobra juros muito altos, e as informações são precárias. Assim, ao avaliar o nível de organização dos produtores na Comunidade, constatamos que 100 % estão filiados a alguma forma de instituição (Tabela 30).

Tabela 30 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores nas formas de organização social (%) – 2005

Organização	N.º de produtores	%
Associação de produtores	---	0
Cooperativa (COOPONTAL)	06	23,1
Sindicato Rural	08	30,7
Comunidade da Canoa	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

³⁰ Cooperativa Agropecuária do Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.

O índice de sindicalização é de 30,7%, de acordo com os produtores. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais não foi bem estruturado para atender aos pequenos produtores. Sua contribuição restringe-se à realização de consultas, os produtores pagam uma taxa anual e podem se consultar com os médicos do Sindicato. Para os produtores da Comunidade esse procedimento funciona como um plano de saúde, precário, mas como não podem arcar com custos de um plano de saúde,

“vai esse mesmo, né”.

A maioria dos produtores participa das reuniões feitas na sede da Comunidade. Para o Presidente, Sr. Valmir Alvares, a comissão eleita tem buscado disponibilizar informações necessárias a todos que procuram a comissão. Eles possuem regulamentos disciplinando as atividades da Comunidade.

Todos os entrevistados consideram importante a união entre os produtores e uma organização que os represente e se mostraram interessados em participar, discutir e trocar informações. A Comunidade destina-se a atender aos interesses e especificidades da produção familiar de leite.

5.6 – Aposentadorias: um complemento de renda para os produtores de leite

A criação oficial do sistema previdenciário brasileiro ocorreu na década de 1920. Desde o início, os planos de benefícios foram criados para atender a grupos estratégicos de funcionários públicos e grupos sociais organizados, os quais eram fundamentais para o funcionamento da economia na época, como, por exemplo, os ferroviários e portuários (BIOLCHI, 2002).

De acordo com Biolchi (2002), com a Revolução de 1930, as relações entre capital e trabalho passaram a ser consideradas como “questão de Estado”, o qual assumiu sua regulamentação. As leis sociais apareceram com o propósito de melhorar as condições de trabalho e assegurar certos benefícios aos trabalhadores, uma política pela qual Getúlio Vargas procurava administrar os conflitos sociais da época, buscando sustentação política na classe trabalhadora.

No entanto as leis criadas e os programas previdenciários beneficiavam, exclusivamente, os trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais, desde o início, estiveram excluídos da proteção social previdenciária. As mudanças para os trabalhadores rurais somente começaram a acontecer a partir da década de 1960, principalmente em virtude da consolidação do sindicalismo no Brasil, como instrumento de representação política dos trabalhadores rurais, destacando-se o papel assumido pelas entidades sindicais na implementação das políticas do Estado nas áreas de saúde e Previdência Social (BIOLCHI, 2002, p. 2) .

A expansão do sistema previdenciário para os trabalhadores rurais em pleno regime militar deveu-se, em grande parte, pela preocupação do governo de que ocorressem conflitos na área rural, principalmente em decorrência da política de modernização adotada naquele período, que prejudicou a maior parte dos pequenos produtores. Como o programa desenvolvido pelo governo militar visava “integrar” a área rural ao projeto de desenvolvimento nacional, era preciso manter a “paz social”, e isso era visto pelo governo como possível através da concessão de direitos aos trabalhadores.

Esse cenário começou a mudar nos anos de 1960, com a gradativa mobilização dos trabalhadores rurais. O eixo das reivindicações socioeconômicas, no primeiro momento, era a reforma agrária, ao passo que a extensão das demais políticas trabalhistas e sociais, incluindo a Previdência Social, aparecia como demanda secundária. Assim, Biolchi (2002, p. 13) comenta o crescente grau de organização do setor que

ficou evidenciado no início dos anos sessenta pelo papel das Ligas Camponesas³¹, que sustentaram um amplo movimento de sindicalização rural, no qual a Igreja Católica teve papel protagônico. Nesse período, por exemplo, foi fundada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em 1963.

Foi nesse contexto de reivindicações que o Governo Goulart sancionou a Lei 4.214, em 1963, conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural, em que uma das medidas previstas foi a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL. Tratava-se de um plano de custeio baseado, especialmente, em uma contribuição de 1% sobre o valor da primeira comercialização do produtor rural e com recolhimento de obrigação legal do próprio produtor agrícola. No entanto, a fiscalização e o recolhimento das contribuições acabaram se tornando inviáveis (BIOLCHI, 2002).

Dessa forma, a arrecadação das contribuições e a administração dos benefícios do FUNRURAL foram repassadas ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI-, o qual não contava com o mesmo conjunto de incentivos para a gestão do programa rural. Assim, a Legislação de 1963 acabou não tendo impacto relevante na estruturação de um sistema de proteção social efetivo para a população rural.

A Legislação de 1966 unificou os IAPs no Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, visando ao conjunto de trabalhadores urbanos. Por meio,

do Decreto-Lei 276/1967, o governo militar reduziu os benefícios previstos basicamente à assistência médica, responsabilizou o adquirente pelo recolhimento da contribuição e repassou a administração do sistema ao INPS. O Decreto-Lei 564/1969 criou o Plano Básico da Previdência Social, restabelecendo um elenco de benefícios monetários, mas ainda não sustentável financeiramente. Em 24/01/1976, o Decreto 77.077 expediu a Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), que consolidou três regimes distintos: o urbano, o rural e o do funcionário federal. O processo de unificação das

³¹ As Ligas Camponesas surgiram em 1958, em Pernambuco, no Engenho Galiléia. O motivo original de sua organização foi a constituição de uma associação de trabalhadores rurais para auxílio mútuo ao sepultamento de seus membros (DELGADO; SCHWARZER, 2000, p.189).

instituições previdenciárias através da criação do INPS, insere-se na perspectiva de modernização da máquina estatal, aumentando seu poder regulatório sobre a sociedade [...]. Trata-se, portanto, de uma reorientação das relações entre o Estado e a sociedade em geral, especificamente, da relação entre Estado e as classes trabalhadoras (BIOLCHI, 2002, p. 14) .

O Regime Rural, instituído pela Lei Complementar 11/1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL -, que era administrado pelo FUNRURAL, veio a substituir o Plano Básico de Previdência Social Rural (Decreto 564/1969). Eram segurados do regime rural os empregados e os trabalhadores rurais que prestavam exclusivamente serviços de natureza rural, bem como os que, individualmente ou em regime de economia familiar, dedicavam a tarefas ligadas à agricultura, pecuária, pesca e garimpagem. Duas diferenças podiam ser identificadas em relação ao regime urbano: os trabalhadores rurais não efetuavam qualquer tipo de contribuição e tanto o conjunto como o valor dos benefícios a que tinham direito eram reduzidos.

A aposentadoria por idade ou invalidez era assegurada para o chefe da família, no valor de meio salário mínimo, e a pensão equivalia a 30% deste. A partir de 1974/1975, foi incluída, no plano de benefícios, a Renda Mensal Vitalícia – RMV - para idosos a partir dos 70 anos de idade ou por invalidez, também no valor de meio salário mínimo, assim como o seguro de acidentes de trabalho rural. A assistência médica era administrada via convênios com organizações locais e sindicatos rurais, que eram parceiros do FUNRURAL, de acordo com o Art. 28 da Lei 11/1971 (BIOLCHI, 2002) .

Conforme apresentado anteriormente, a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais inseriu-se em um contexto de muita luta e pressão política, principalmente das entidades que os representavam. A política de Previdência Social pode ser considerada, em

termos dos resultados alcançados, uma das conquistas mais importantes para a agricultura familiar na década de 1990.

Mesmo havendo avanços na legislação previdenciária, os direitos dos trabalhadores rurais ainda eram reduzidos em relação aos dos trabalhadores urbanos, tanto no valor dos benefícios como na cobertura dos planos. O tratamento diferenciado entre trabalhadores urbanos e rurais somente se extinguiu com as mudanças introduzidas pela Constituição Federal de 1988, em um contexto de transição do regime autoritário para a democracia. A partir de então, houve a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de economia familiar, considerados segurados especiais, nos planos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

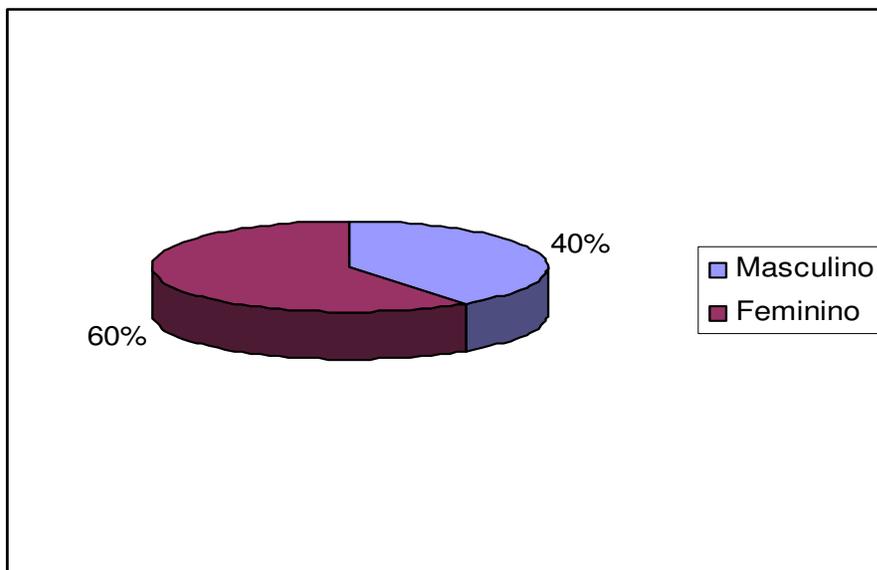
Com as novas regras, o valor das aposentadorias, que antes era de meio salário mínimo e concedido somente para o chefe da família, passou a ser de um salário mínimo, e as mulheres passaram a ter acesso à aposentadoria, independente do cônjuge ser beneficiário ou não. Além disso, a idade de acesso à aposentadoria por idade reduziu-se, ficando fixada em 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres.

Mediante as mudanças constitucionais ocorridas em 1988, os trabalhadores rurais passaram a ter os seus direitos iguados aos trabalhadores urbanos, no que diz respeito ao acesso aos benefícios da Previdência Social. A partir das novas regras, as mulheres passaram a ter direito à aposentadoria por idade, houve redução no limite de idade para aposentadoria por idade dos homens (passou de 65 para 60 anos), e o valor das aposentadorias aumentou de meio para um salário mínimo. Em virtude dessas mudanças, nos anos de 1990, houve uma significativa alteração no quadro de benefícios da Previdência Social Rural no Brasil, fosse pelo incremento no número de beneficiários como pelo montante de recursos repassados aos aposentados e pensionistas.

Para Biolchi (2002), em virtude dessas e de outras mudanças, na década de 1990, ocorreu uma significativa alteração no quadro de benefícios da Previdência Social Rural no Brasil, tanto pelo incremento no número de beneficiários que passaram a integrar o sistema, como no montante de recursos repassados ao meio rural por meio das aposentadorias e pensões pagas aos agricultores familiares.

As características dos beneficiários da Previdência Social Rural, de um modo geral, seguiram uma mesma tendência na Comunidade da Canoa, conforme será apresentado. De acordo com os resultados da pesquisa, num total de 12 pessoas, percebemos que o sexo feminino (60%) destaca-se em relação ao sexo masculino (40%), conforme pode ser observado na figura 35.

Figura 35 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): distribuição dos benefícios da Previdência Rural (por sexo) (%) - 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Essa diferença entre os públicos feminino e masculino pode ser explicada, em grande parte, pelo fato das mulheres terem sido incluídas nos planos de benefícios da Previdência Social

Rural a partir da Constituição de 1988, passando a ter o direito ao recebimento de aposentadoria por idade aos 55 anos (Tabela 31).

Além disso, a sua maior participação no total de beneficiários também explica pelo limite de idade ao acesso à aposentadoria por idade ser cinco anos inferior ao dos homens. Por outro lado, essa diferença deve-se, também, ao fato de as mulheres receberem muito mais pensões por morte do cônjuge do que os homens, pois a esperança de sobrevida feminina é maior que a masculina, especialmente, nos estratos dos mais idosos.

Tabela 31 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): faixa etária da população aposentada da Comunidade em relação ao total de pessoas (%) – 2005

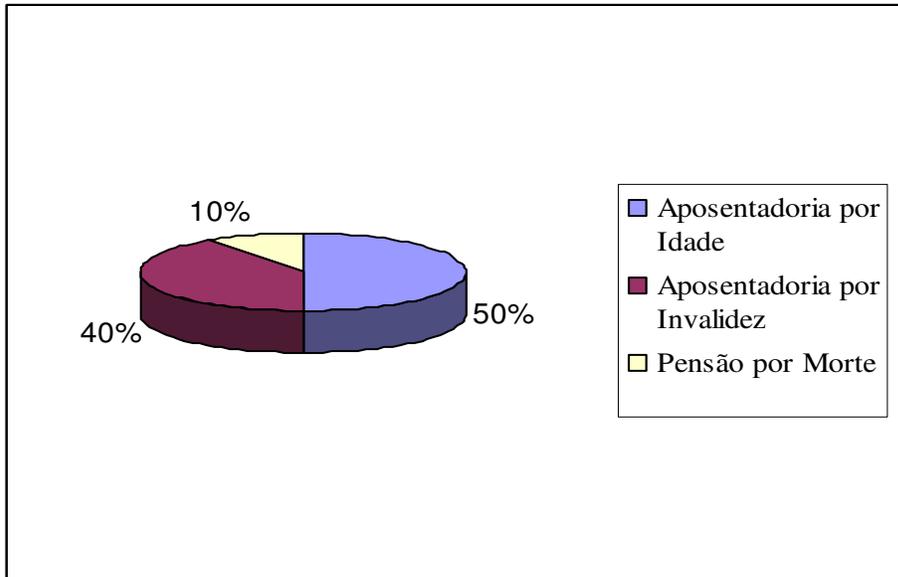
Faixa etária dos aposentados (anos)	N.º de pessoas	%
55 a 60	01	8,3
60 a 65	03	25
65 a 70	03	25
acima de 70	5	41,7
TOTAL	12	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Com relação ao tipo de benefício pago pela Previdência Social ao meio rural (Figura 36), percebe-se que 50% dos beneficiários recebem aposentadoria por idade, a aposentadoria por invalidez representa 40% de beneficiados ao meio rural, e 10% recebem pensão por morte.

Figura 36 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): tipo de benefício recebido em relação ao total de pessoas aposentadas (%) - 2005

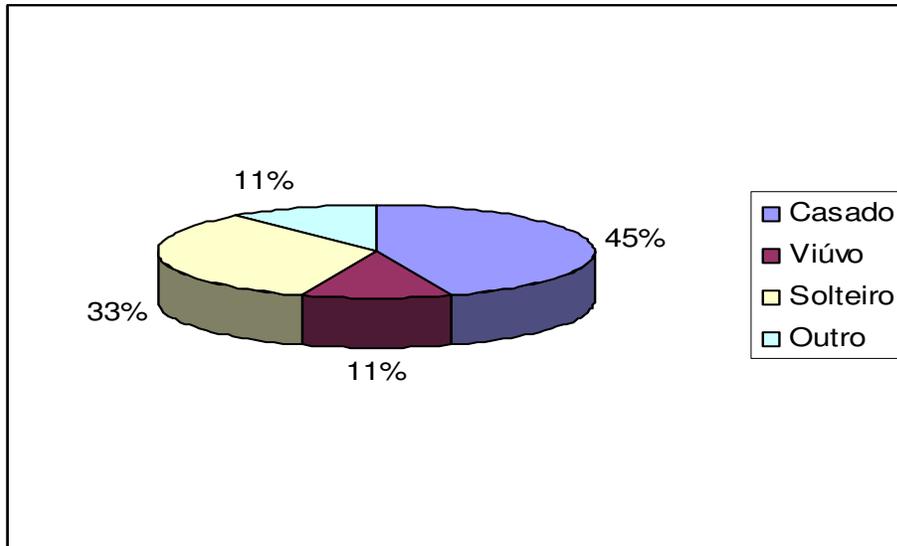


Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Quanto ao estado civil, verifica-se, pela figura 37, que 45% são casados; 33% são solteiros; 11% viúvos; e 11%, outros. De acordo com Biolchi (2002, p. 49), esse fato “ressalta a importância das políticas públicas adotadas pela Previdência Social para a população idosa, uma vez que permitem a manutenção das condições socioeconômicas do domicílio, mesmo com a perda de um dos membros da família”.

Figura 37 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): estado civil dos beneficiários da previdência rural em relação ao total de pessoas aposentadas (%) - 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Os resultados da pesquisa de campo permitem afirmar que a agricultura familiar é a base social e econômica e os benefícios previdenciários têm fundamental importância para complementação de renda, embora possam ter finalidades distintas. Nesse sentido, cabe destacar a importância da presença de idosos para as famílias rurais, particularmente naquelas famílias em que os demais membros dependem dos recursos dos benefícios para garantir a subsistência. A política de Previdência Social para o meio rural permite, ainda no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade, que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para assistentes, no contexto de sobrevivência das famílias pobres.

5.7 – Renda familiar: diversificação das atividades

A noção de pluriatividade vem sendo empregada desde a década de 1960 na França, e foi utilizada para caracterizar as propriedades nas quais os membros das famílias desempenhavam múltiplas atividades produtivas (LOCATEL, 2004). Nesse sentido, essa noção possibilita a melhor compreensão do caráter da unidade familiar, pois amplia a análise para todos os membros da família, incluindo os que se dedicam, integralmente, ao trabalho agrícola, como também os que trabalham em outras atividades, não se limitando apenas à agricultura em tempo parcial (*part-time farmer*), que, normalmente, se restringe ao chefe da exploração, permitindo, assim, referir-se à unidade pluriativa e não só a indivíduos pluriativos (ALENTEJANO, 1999).

A pluriatividade não é um conceito, é, sim, uma noção que se aplica a situações em que a família agrícola não consegue obter toda a sua renda por meio da produção agrária primária e também não aplica a totalidade de seus recursos a tais atividades (SCHNEIDER, 2003). A noção de pluriatividade pode ser considerada uma ampliação da noção da agricultura *part-time*, que já vinha sendo utilizada desde a década de 1930, quando foi criada por economistas americanos (SCHNEIDER, 2003).

Para Schneider (2003), a agricultura em tempo parcial é mais precisamente uma noção que se refere ao indivíduo, que é pluriativo por combinar a agricultura com uma multiplicidade de tarefas para garantir sua renda. Ou seja, sua ampliação está restrita ao indivíduo e não possibilita a compreensão do conjunto da unidade a qual pertence.

A pluriatividade tem como vantagem incorporar as características da agricultura *part-time farmer* como da *multiple job holding* (unidade agrícola que combina múltiplas fontes de rendimentos), ou seja, engloba, na análise, as diferentes estratégias de complementação ou composição da renda de agricultores familiares. Portanto, Schneider, (2003, p. 79) ressalta que a "pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades

que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*)".

Quanto à classificação dos trabalhadores que praticam a agricultura em tempo parcial, pode ser vinculada historicamente ao processo de industrialização, isso para o caso europeu. No período pré-industrial, os trabalhos agrícolas eram complementados com atividades artesanais durante os períodos de pouca necessidade de trabalho na agricultura. Durante o século XIX e início do XX, os trabalhadores em tempo parcial combinavam trabalho na indústria, como emprego principal, com o trabalho agrícola, como atividades secundárias que tinham como finalidade a produção de alimento para autoconsumo. Somente a partir da segunda metade do século XX, é que o trabalho agrícola em tempo parcial começava a ganhar uma nova configuração adquirindo um caráter de complementação de renda para o trabalhador. Assim, o principal objetivo do trabalho a tempo parcial passou a ser aumentar a receita dos familiares e conseguir regularidade e segurança na composição da renda (LOCATEL, 2004).

A pluriatividade surgiu, no Brasil, como forma de compensar perdas das pequenas unidades de produção diante da intensificação da produção nos moldes empresariais. Assim, esse fenômeno apresenta dupla perspectiva: a que existe na esfera do autoconsumo e a que surge na relação com a esfera comercial. Temos que ressaltar que não são apenas os pequenos produtores marginalizados e desfavorecidos que buscam trabalho extra-agrícola para complementar ou ampliar suas rendas. É comum mulheres e filhos jovens, membros de famílias de agricultores bem sucedidos e tecnicamente modernos, buscarem fontes de renda fora da propriedade para satisfazer a interesses não-econômicos, como obter garantias previdenciárias ou, simplesmente, como uma forma de manter vínculos com a cidade e o estilo de vida urbano (SCHNEIDER, 2003).

Assim, a pluriatividade não ocorre simplesmente pela necessidade de complementação da renda familiar, podendo ocorrer em outras circunstâncias, não visando somente aos interesses econômicos.

Na Comunidade da Canoa, o fenômeno da pluriatividade está presente, ainda que não nas mesmas proporções como descreve Schneider (2003), no Rio Grande do Sul. No entanto, durante a realização do trabalho de campo, constatamos que é cada vez mais freqüente a ocorrência desse fenômeno no município de Ituiutaba.

A análise dos dados de campo será com base na origem das rendas obtidas pelos pequenos produtores de leite da Comunidade e, a partir daí, poderemos verificar quais são pluriativos ou não, de acordo com a discussão teórica enfocada.

Com relação à renda, temos 19,2% produtores que obtêm renda do leite; 23,1%, renda do leite e lavoura; 11,5%, renda do leite e aposentadoria; e 15,4%, somente renda da aposentadoria. Os que podem ser considerados pluriativos representam 30,8%, por possuírem rendas provenientes de atividades não-agrícolas e empregarem-se em outras propriedades dentro da Comunidade (Tabela 32).

Tabela 32 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos entrevistados em relação à composição da renda (%) - 2005

Unidade de Produção	Composição da renda	%		
Familiar	Renda do leite	19,2		
	Renda do leite + lavoura	23,1		
	Renda do leite + aposentadoria	11,5		
	Renda do leite + salário	15,4		
	Renda do leite + aposentadoria + salário	15,4	Pluriatividade	30,8%
	Renda da aposentadoria	15,4		
	Total	100		

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Por um lado, as necessidades crescentes de complementação de renda pelos agricultores familiares, por outro, a busca de satisfação de necessidades não econômicas por membros de famílias de agricultores bem sucedidos, associadas ao processo de expansão da infra-estrutura urbana para o meio rural, tendem a propiciar melhores condições para os trabalhadores do campo se dedicarem à pluriatividade. Assim, esse fenômeno, além de representar diferentes estratégias de reprodução social, também é um elemento dinamizador da urbanização do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações da década de 1990 afetaram os produtores de leite de Minas Gerais. Essas transformações estiveram associadas a um cenário marcado por iniciativas nacionais, como a desregulamentação dos mercados e a implementação do Plano Real, e a um cenário de âmbito global, cujas decisões incluíram terceiros países, como no caso da formação do MERCOSUL, da abertura comercial e do processo de globalização. As novas demandas que surgiram no final do século XX, como intensificação da concorrência, maior exigência dos consumidores, uma grande diversidade de produtos, quedas dos preços, recaíram sobre os produtores de leite.

Existe a percepção de que essas novas exigências estão relacionadas à abertura comercial e à melhora do poder aquisitivo da população, as quais foram proporcionadas pelo Plano Real. A formação de um ambiente favorável propiciou a entrada de multinacionais e alterou, significativamente, as condições de concorrência, acelerando mudanças na cadeia leiteira. As multinacionais buscam obter maiores rendimentos e, com esse objetivo, voltam sua atenção para os grandes produtores, os demais são relegados a um segundo plano.

Nesse momento, novas empresas passam a atuar de forma mais abrangente no mercado nacional de leite. O principal enfoque relacionado à intensificação da competição é o receio de que esta ocorra de forma desleal com subsídios e *dumping*. Nesse sentido, o papel do Estado, como um fiscalizador e regulador, é fundamental para que se estabeleça uma concorrência transparente. Da mesma forma, é preciso que o governo brasileiro aja como um incentivador do produtor e promova projetos de desenvolvimento para fortalecê-lo diante de novos desafios.

Com a formação do MERCOSUL, desenvolveu-se um ambiente competitivo entre os países membros. O principal impasse que o MERCOSUL representa é a avalanche de produtos

importados que recaem sobre o mercado do leite em Minas Gerais. Esses produtos invadem as prateleiras de supermercados, padarias e armazéns, ampliam a concorrência e estimulam uma “guerra” em busca de preços mais atrativos ao consumidor. Em função disso, os produtores que produzem em menor quantidade ficam em uma situação crítica, uma vez que ganham muito pouco com a venda de seu produto. Tal valor, muitas vezes, fica aquém das necessidades básicas de sua família.

Por outro lado, o MERCOSUL amplia as oportunidades daquele produtor que está em condições de investir na atividade. A partir da integração dos mercados, alastram-se as opções comerciais e expande-se a demanda potencial. Criou-se um cenário no qual se compartilham consumidores, conquistá-los é tarefa dos produtores de leite.

O grande desafio, portanto, é ser tão competitivo quanto os parceiros comerciais e dominar esse novo mercado. O MERCOSUL, ao unir quatro países em um mercado de 200 milhões de pessoas, tornou-se um pólo de atração econômica. Formou-se um contexto no qual foi estimulada a busca pelo aperfeiçoamento. Nesse momento, intensificaram-se as cobranças sobre os produtores que deveriam investir no setor por meio da adoção de equipamentos modernos, da coleta a granel e mudanças na infra-estrutura da propriedade. Por sua vez, a maioria dos produtores do município de Ituiutaba tiveram dificuldade para se adequar a essas transformações a curto prazo. Os resultados obtidos revelam que as transformações que os produtores estão sendo impelidos a realizar em suas propriedades têm um caráter excludente, uma vez que não estão ao alcance de todos, muito pelo contrário, são privilégio de poucos.

Contudo muitos autores afirmam que só há dois caminhos para o produtor de leite, um deles é a modernização e a incorporação de tecnologia, e o outro é o abandono da atividade, visto que os que não atenderem às novas exigências serão excluídos. Uma vez conhecido o cenário em que está inserido, o produtor de leite de Ituiutaba, mas especificamente o da Comunidade da

Canoa, é possível contestar a existência de somente duas alternativas para esses produtores. No ambiente desse produtor, identificamos uma realidade complexa com inúmeras fragilidades, necessidades e diferenças, mas, sobretudo, percebemos um desejo de superação e muita determinação. A afirmação que propaga a exclusão de produtores é precipitada e preconceituosa. Os produtores de leite da Comunidade da Canoa estão conseguindo superar as dificuldades e demonstram interesse em dinamizar a atividade leiteira.

Portanto, são poucos os que podem fazer essas alterações sozinhos, os demais precisam de tempo e auxílio. É necessário destacar que a exclusão de produtores da atividade leiteira não é inevitável. Para tanto, é preciso que haja empenho dos produtores que busquem organizar-se de modo a tornarem-se fortalecidos a fim de que consigam superar tal situação adversa. Mas há produtores que estão descapitalizados e desmotivados, à mercê da própria sorte, esses tendem a ser excluídos.

Por outro lado, mesmo sem adotar as novas exigências que propagam maiores ganhos na atividade, os produtores de leite da Comunidade da Canoa, com suas técnicas “rudimentares”, estão conseguindo manter-se na atividade. É preciso que haja bom senso e que as mudanças na atividade leiteira ocorram de forma a proporcionar benefícios para todo o setor e não que sejam vistas como uma medida selecionadora de produtores. É importante esclarecer que não se trata de ir contra medidas que venham a aprimorar a atividade leiteira, mas ter cuidado para que essas alterações sejam feitas no longo prazo, com financiamentos, taxas baixas de juros e que possam estar ao acesso da maioria dos produtores que se dedicam à atividade leiteira.

De modo geral, os produtores que produzem pequenos volumes de leite, algo em torno de 50 litros de leite dia, tendem a ter mais dificuldades para manterem-se na atividade. Tais produtores precisaram contar com algum outro tipo de renda, como a aposentadoria, para conseguir sobreviver no meio rural. Contudo, na falta de uma outra opção, esses produtores

tendem a permanecer como produtores de leite, já que assim não ficam totalmente desprovidos de rendimentos. O leite tem representado, para boa parte dos produtores que residem no meio rural, se não o sustento familiar, um complemento mensal, que permite uma maior segurança na manutenção de suas famílias.

Caso os produtores de leite sejam considerados individualmente, não há como contestar que a grande maioria é responsável por pequenos volumes de produção. No entanto, avaliados em conjunto, representam um forte e indispensável componente para atender os consumidores que, constantemente, estão demandando um grande volume de leite. Os pequenos produtores de leite têm atuado como um importante elemento para abastecer as indústrias. Para expandir o volume de leite captado diariamente, as indústrias de Ituiutaba têm recorrido aos pequenos produtores. Nesse sentido, foi estabelecida uma relação de interdependência entre a indústria e os pequenos produtores, na qual ambos são beneficiados.

Com relação à incorporação de tecnologia e modernização do setor leiteiro, é preciso ter claro que esses processos são benéficos, desde que os produtores possuam uma estrutura adequada para adotá-los. Assim, por si só, a incorporação de novas técnicas não garante maior produtividade ou melhores rendimentos para o produtor.

Além disso, produtores que disponham de menos tecnologia podem ser tão produtivos quanto os mais tecnificados, portanto, não se pode desprezá-los. É importante destacar que o setor leiteiro é responsável pela manutenção e sobrevivência de muitos produtores no meio rural e tem servido de uma nova alternativa para produtores que estavam desestimulados e sofrendo prejuízos na produção de outros cultivos.

Os principais pontos, discutidos constantemente nesta pesquisa, ressaltam algumas peculiaridades da atividade leiteira que a tornam especial no contexto da produção agrícola. O leite tem sua importância ressaltada por representar a garantia de obtenção de uma renda ao final

de cada mês, por não estar tão suscetível às mudanças climáticas (fazendo com que essa seja uma atividade mais segura). Além do mais, na maioria das propriedades do município de Ituiutaba, tem sido mantida a produção leiteira com a mão-deobra familiar, evitando, assim, que se gaste com a contratação de mão-de-obra. Por menor que seja a produção, é possível obter uma remuneração mínima que possibilite a sobrevivência dos produtores. Esses produtores estão acostumados a lidar com restrições e não abandonarão a atividade facilmente.

Como se trata de uma realidade que comporta produtores com diversas peculiaridades e, conseqüentemente, com necessidades distintas, não é possível estabelecer regras que possam favorecer todos os produtores de leite da Comunidade da Canoa. É importante destacar que, se não há uma solução única para os problemas dos pequenos produtores, há algumas medidas que poderão apaziguar e trazer benefícios para a grande maioria. Medidas que promovam a elevação geral de renda, a redução dos juros, ir em busca de maior competitividade, o melhoramento da infra-estrutura e a formação de formas associativas. Com certeza, se houver vontade e interesse em fortalecer esses produtores para atuarem em um novo ambiente, essa oportunidade não será desperdiçada. Os produtores de leite da Comunidade estão carentes e sedentos de alternativas que tornem viável a sua permanência na atividade leiteira. Além disso, não se trata só de uma necessidade econômica, mas também social.

No conjunto, vimos que as estruturas produtivas estão mais susceptíveis às transformações, quando as comparamos com os conteúdos culturais, entendemos que a cultura tem seu caráter dinâmico, sendo passível de sofrer transformações, mas é em torno da cultura que os indivíduos formam uma identidade de grupo, de comunidade. Vimos que a sua cultura tende a reproduzir-se no lugar, mesmo sendo adaptada, assim como ocorre com as festas de reis e a pamonhada na Comunidade da Canoa. A festa reafirma a identidade de um povo que vê, na sua realização, a oportunidade de "encontrar-se" com os do lugar, e, para o migrante, a oportunidade

de "reencontrar-se" com o seu lugar, com suas origens. Mudam-se as técnicas, passam as pessoas, mas as festas permanecem, mantendo-se como elemento da cultura, de identidade local.

A principal contribuição do estudo foi mostrar a opinião dos produtores de leite da Comunidade da Canoa sobre os impactos causados à atividade leiteira pelas transformações ocorridas na última década 1990. Além disso, alertar sobre generalizações radicais e apressadas que afirmam haver um caminho único para obtenção de êxito na atividade leiteira. De acordo com o exposto no estudo, esta claro que prever a exclusão de milhares de produtores, sem que antes seja analisado o contexto no qual estão inseridos, é agir precipitadamente. Outro aspecto abordado sinaliza em direção a alguns caminhos que poderão tornar viável a manutenção de muitos produtores na atividade leiteira.

As recentes demandas da sociedade e das indústrias apontam para uma readequação da atividade leiteira. Tais exigências devem ser moldadas de forma a favorecer a maioria dos produtores de leite. Isso quer dizer que se deve ir em busca de alternativas que fortaleçam e mantenham o pequeno produtor de leite no meio rural. É preciso estudos que indiquem métodos de trabalho com produtores, que verifiquem quais as melhores estratégias de mercado a serem praticadas, em que medida deva ser incorporada tecnologia, que ressaltem a importância de formas associativas e cooperativas. Assim, será possível fornecer elementos para que o pequeno produtor de leite tenha maior conhecimento de suas potencialidades e possa obter maiores êxitos na realização de sua atividade.

Os produtores da Comunidade da Canoa configuram uma pequena amostra das condições de sobrevivência da pequena produção familiar de leite. Porém, com ínfimo apoio creditício, pouca tecnologia e à custa do seu sacrifício e de sua família.

Os pequenos produtores da Comunidade da Canoa denunciam os baixos preços pagos pelas indústrias pelo leite, o intenso trabalho, principalmente no período da seca, os elevados

investimentos e custos de produção. A sua luta cotidiana, a constante busca de estratégias do grupo familiar caracterizam sua resistência e indignação perante a sociedade. Sua resistência é a luta para permanecer na terra, é a ironia de uma modernidade parcial e discriminatória. Assim, não se sabe quem vai sobreviver.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALENTEJANO, P. R. R O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 167. p. 21-31, jan./fev. 1997.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 147-173.

ALVES, A. A. **As transformações recentes na economia leiteira: impactos e perspectivas no plano das mesoregiões mineiras**. 2000. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

ANJOS, F. S. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. 2. ed. Pelotas: UFPEL, 1995.

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA. São Paulo: FNP, 2001. 1v.

AZEVEDO, F. F. **Seridó Potiguar: Dinâmica socioespacial e organização do espaço agrário regional**. Uberlândia: Composer, 2005.

BASSO, D. & SILVA NETO, B. Controvérsias sobre profissionalização e desenvolvimento na agricultura: o caso da produção de leite no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos/FEE**. Porto Alegre, v. 26, n. 4, março, 1999.

BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BERNARDES, P. R.; NOGUEIRA NETTO, V. da S.; MUSTEFAGA, P. S. 2000 é o ano da virada para a pecuária de leite. In: _____. **Perspectivas e avanços em laticínios**. Juiz de Fora: EPAMIG – Centro Tecnológico – ILCT, 2000. Cap. 2. p. 27-53.

BEZERRA, L. M. C. **Agricultura familiar em Orizona (GO):** a Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC. 2003. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BIOLCHI, M. A. **Agricultura familiar e previdência social rural:** efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BRANDÃO, C. R. **A folia de reis em Mossâmedes**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

BRUM, A. J. A revolução verde. In: _____. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987. p. 44-50.

CAMPOS FILHO, M. de M. O exemplo dos EUA e a tentação da importação de leite. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br>. Acesso em 25 abr. 2005.

CAMPOS FILHO, J. P. Empossada diretoria da Itambé para o próximo triênio. **Vitrine Itambé**, Belo Horizonte. n.8, p. 1- 4, maio/2005.

Caracterização da agricultura familiar no Brasil. Disponível em: http://www.seag.es.gov.br/familiar_caracterização.htm>. Acesso em: 20 jun. 2005.

CAUME. D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342p. Cap. 2. p. 69-95.

Dados da Empresa. Disponível em: <<http://www.avipal.com.br/company/units.php?language=0>>. Acesso em 6 julh. 2005.

DUARTE, M. Q. S. **Raízes rurais na vivência urbana: persistências, desistências, recriações**. Ituiutaba – 1970 – 1985. 2001. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

DÜR, J. W.; ANTONI, V. L.; TOMAZI, T. Pagamento do leite por qualidade no Brasil. In: INTERLEITE – SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7º., 2005, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia. p. 54-83.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção**. Versão Preliminar. Brasília: 1994.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar – O Brasil redescoberto**. Brasília: 2000. Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO. p. 74.

_____. **A agricultura familiar no Brasil**. (agricultura familiar e sistemas de produção). Brasília: 2000. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. p. 16-27.

FLEURY, M. T. L. Os produtores de leite – um estudo de caso. In: _____. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983. p. 53-76.

GOMES, S. T. **Cadeia agroindustrial do leite no Mercosul**. Mercosul: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico. Viçosa/MG, 1997.

_____. Efeitos da globalização na produção de leite no Brasil. **Jornal da produção de leite – PDPL/RV**, Viçosa, n. 123, p. 1-15, maio. 1999.

____. **O agronegócio do leite**. Belo Horizonte: Sebrae/FAEMG, 2003.

GOMES, A. T.; CARNEIRO, A. V. Leite: produtor X indústria. **Jornal da produção de leite – PDPL/RV**, Viçosa, n. 142, p. 1-3, dez. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

____. Mas qual reforma agrária?. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 17, n.1, p. 11 – 60, abr./jul. 1987.

____. **O que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996a.

____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/I.E, 1996b.

____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43 - 81, maio/ 1997.

____. A modernização conservadora dos anos 70. In: _____ **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1999. p. 87 – 135.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. 354f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

Histórico da SUDCOOP. Disponível em:
<<http://frimesa.com.br/principal.php?linha=3&menu=1&submenu=0&PHPSESSID=a0b1cce48e18b2517f59fab07386c4f>>. Acesso em: 8 jun. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA**.

Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/>>. Acesso em: 2 ago. 2003.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.indi.mg.gov.br/publicações/laticínios%202003.pdf>>. Acesso em 7 jun. 2005.

JEAN, B. A agricultura familiar, o Estado e o estado da agricultura familiar. In: ____ LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Frédéric Bazin. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 271 – 302. v. II.

JANK, M. S.; GALAN, V. B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP. 1997.

KAGEYAMA, A. et. al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: ____ DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, n. 127, 1990. p. 113-253.

LAMARCHE, H. (Coord.). As questões em debate. In: ____ **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Frédéric Bazin. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 17 – 45. v. II.

LEITE, J. L. B.; BRESSAN, M. ; ZOCCAL, R. Agricultura familiar na atividade leiteira no Brasil: pressupostos e proposta metodológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL EQUIDADE e EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA, XL., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo. CD-ROM. p. 1-28.

LEMO, M. B ; SANTOS, F. ; BIAZI, E. ; GALINARI, R. ; CAMPOS, B. Tecnologia, especialização regional e produtividade: um estudo da pecuária leiteira em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL EQUIDADE e EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA, XL., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo. CD-ROM. p. 1-30.

LOCATEL, C. D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis**. 2004. 423 f. Tese

(Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MAIA, M. F. **Estrutura de mercado do setor lacteo brasileiro**. Viçosa, 2001. 49 p. Relatório.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, P. C. Pagamento por qualidade no Brasil: motivações e obstáculos - 2004. Disponível em: < www.milkpoint.com.br>. Acesso em 20 jul. 2005a.

____. Leite Clandestino: problema nacional, solução local. In: ____ . **A cadeia produtiva do leite em 40 capítulos**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005b. cap.37, p. 189-192.

____. A importância da qualidade do leite. In: INTERLEITE – SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7º., 2005c, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia. p. 47-53.

MENDES, E. P. P. **A produção familiar em Catalão - GO: a Comunidade Coqueiro**. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

Ministério da Agricultura – Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/PLANOS/PLANO_SAFRA>. Acesso em 25 abr. 2005.

NAPOLITANO, G. Empresas pouco conhecidas têm ótimo desempenho na Bovespa. **Revista Exame**. São Paulo. n. 21, p. 118-119, out. 2005.

OLIVEIRA, B. S. de. **Ituiutaba (MG) na rede urbana Tijucana:** (re) configuração sócio-espaciais no período de 1950 a 2000. 2003. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, M. D. **Usina de açúcar e álcool no Pontal do Triângulo Mineiro:** seus impactos ambientais e sociais na cidade de Ituiutaba – 1988/2004. 2004. 38 f. Monografia (Graduação em História) – Fundação Educacional de Ituiutaba, Ituiutaba. 2004.

OLIVEIRA, M. Falta um maior consumo interno: o brasileiro bebe menos leite do que cerveja ou refrigerante. **Guia Exame**. São Paulo. ed. 849, p. 70-71, ago. 2005.

PAULILLO, L. F. **A modernização da pecuária leiteira no município de São Carlos.** 1991. 85f. Monografia (Graduação) – Unesp, São Carlos. 1991.

PAULILLO, L. F.; HERRERA, V. E.; COSTA, L. M. da. A reestruturação agroindustrial láctea brasileira e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto, SP. In: ____ . **Reestruturação agroindustrial:** políticas e segurança alimentar. São Carlos: Edufscar, 2002. Cap.4. p.153-221.

PEDROSO, G. D. **SETOR LEITEIRO:** as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 120f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PEIXOTO, S. E. A pequena produção agrícola: algumas questões atuais. **Revista Bahia Agrícola**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 1-6, nov., 1998.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa.** Goiânia: UFG, 1999.

PESSÔA, V. L. S. **Composição de trabalhos científicos.** Uberlândia, 2005. mimeo.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824 – 1930).** São Paulo: Brasiliense. 1982.

PRADO JÚNIOR, C. Vida material: pecuária. In: _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 186-210.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 79 -93.

PRATO, M. A grande de Minas. **Revista de Serviço ao Produtor de Leite DPA**, Goiânia. n. 31, p. 8-11, set. 2003.

ROCHA, A. dos S.; COUTO, V. de A. Repercussões diferenciadas da crise de preços do leite. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL EQUIDADE e EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA, XL., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo. CD-ROM. p. 1-16.

RODRIGUES, R. A grande de Minas. **Revista do Serviço ao Produtor de leite DPA**, Goiânia. n. 3, p. 8-11, set. 2003.

ROMEIRO, A. R. A difusão mundial do modelo Euro-Americano. In: _____. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. p. 95 – 122.

SANTOS, J. C. dos. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP**. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 4 ed. rev. Uberlândia: UFU, 2004.

SILVA, D. M. de O. **Memória:** lembrança e esquecimento . Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60. 1997. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 1997.

SILVESTRE, F. Convênio promete acabar com venda irregular de leite. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em 25 set. 2004.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7., 2005, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: MilkPoint, 2005.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUZA, O. T. **O Setor Leiteiro:** políticas, competitividade e impactos de liberalização comercial nos anos noventa. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1999.

SOUZA, M. O. de. **Cooperativismo e mudança social:** análise histórica com aplicação no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. 2004. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SOUZA, M. O. de; FRANCIS, D. G. O produtor familiar de leite e o processo de granelização na região do Triângulo Mineiro (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 26 a 29, p. 21 – 38, 2002/2003.

STEVANATO, A. S. **A produção de leite na Região de Presidente Prudente – SP:** o caso da Cooperativa de laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP). 2002. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

TANNÚS, S. P. **Leite Informal:** um problema social e uma mudança cultural. Disponível em: <<http://www.ceturho.hpg.ig.com.br/j3.htm>>. Acesso em 10 ago. 2005.

TEIXEIRA, G. Reflexões sobre tendências da agricultura brasileira. Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/texmst.htm>. Acesso em 07 jan. 2006.

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193 – 230.

VEIGA, J. E. da. Uma estratégia de desenvolvimento rural. In: ____ ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXI, 1997. Caxambú. **Anais...** Caxambú: ANPOCS, 1997. p. 4. CD-ROM.

____. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 32, n. 98, jul/set, 1997.

VILELA, D.; GOMES, S. T.; CALEGAR, G. M. Agronegócio do leite e derivados: um programa nacional em C&T. In: CALDAS, R. A. **Agronegócio Brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade**. Brasília: CNPq, 1998. p. 257-275.

WANDERLEY, M. de N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. 1995. mimeo.

____. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Rio Grande do Norte. **Anais...** Rio Grande do Norte. p. 90–113.

____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 21 – 55.

____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, n. 2, P. 29-37, jul./dez. 2000.

WHITAKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 115-120.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO/DOCTORADO.

Dissertação: "A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA – ITUIUTABA (MG): persistência e resistência"

ANEXO: A - ROTEIRO DE ENTREVISTA: Pequenos Produtores de Leite da Comunidade da Canoa em Ituiutaba –MG.

Elaboração: Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi

I - IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR E PROPRIEDADE

Local da entrevista: _____ Data: _____ Nº. ____

Nome do produtor: _____

Natural de: _____

Grau de instrução: _____

Nome da propriedade: _____

Localizada em: _____

1 – Mora na propriedade? () Sim () Não

2 – Como adquiriu a propriedade?

() herança () compra () posse () assentamento () Outro, qual? _____

2.1 – Além desta, possui outra propriedade rural? () Sim, Quantas? _____

Localizadas em qual (is) município (s)? _____

() Não

Localizadas em qual (is) município (s)? _____

2.2 – Área total da (s) propriedade (s) rural (is) que possui _____ hectares ou alqueires _____

2.3 – Há quantos anos o Sr. trabalha na agricultura? _____

2.4 – Quais eram os produtos cultivados antes de trabalhar com leite?

3 – Há quanto tempo possui a propriedade? _____

4 – Qual a atividade principal da propriedade? _____

5 – Que atividade praticava antes do leite? _____

6 – Há quanto tempo é produtor de leite? _____

7 – Quais motivos o levaram a optar pela produção de leite? _____

8 – Possui outra atividade além da produção de leite? () Sim, Qual? _____

() Não

9 – Qual a área reservada para pecuária _____ha. ou _____alqueire

10 – Qual a distância da propriedade em relação ao perímetro urbano _____Km

11 – Como se transporta para cidade? () veículo próprio () ônibus () Outro _____

11.1 – Local de residência do produtor e de sua família: () no próprio estabelecimento rural; () Na cidade de _____

11.2 – Por quem é dirigida a propriedade: () Pelo proprietário; () Pelo administrador

12 – A propriedade possui:

() Eletrificação () Televisão

() Fogão () Curral

() Cocheiras () Silos

() Geladeira () Computador

() Tratores () Tanque para resfriamento

() Trituradeira () Casa de bezerros

() Barracão de leite () Água potável (indicar procedência) _____

() Outros _____

12.1 – É arrendatário () ; ou meeiro () em outra propriedade

Como é feita esta exploração?

12.2 – Está satisfeito com os lucros?

a) () Sim. Por que? _____

b) () Não. Por que? _____

II – COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA E AGREGADOS

1 3– Caracterização dos residentes e composição da renda (preencher somente com membros da família e agregados)

Nome	Sexo	Idade	Estado Civil ¹	Grau escolaridade ²	Grau de parentesco ³	Naturalidade	Local de residência (na propriedade ou cidade)	Atividade exercida na propriedade		Atividade exercida fora propriedade	
								Descrição da atividade	Valor (R\$) ⁴	Descrição da atividade	Valor (R\$) ⁵

¹ Solteiro, casado, divorciado, viúvo

² Analfabeto, analfabeto funcional, fundamental completo, fundamental incompleto, médio completo, médio incompleto, superior completo, superior incompleto, continua estudando

³ Chefe de família, esposa, filho, sogro, sogra, amasiado

⁴ Valor médio mensal

⁵ Valor médio mensal

14 – A sua esposa auxilia nas atividades da propriedade?

a) () Sim. Em que fase? _____

b) () Não. Por que? _____

15 – Os filhos auxiliam o Sr. nas atividades da propriedade?

a) () Sim. Em que fase? _____

b) () Não. Por que? _____

16 – E outros parentes?

a) () Sim. Em que fase? _____

b) () Não

III – DADOS SOBRE O USO DA TERRA

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA EM HECTARE ou ALQUEIRE
Lavoura permanente	
Lavoura temporária	
Pastagem natural	
Pastagem plantada(formada)	
Reflorestamento	
Silvicultura	
Áreas produtivas não utilizadas	
Áreas improdutivas	
Área de reserva legal	
Área de preservação permanente	
Mata natural	
Área construída e estradas	
Área arrendada de outro	
Área de meeiro de outro	
Cerrado	
Pomar	
Horta doméstica	
Outras especificar _____	
Área total	

17 – Qual o tipo de pastagem utilizada pelo senhor? _____

18 – Como é feito o manejo dos pastos? _____

19 – Qual a raça do seu gado leiteiro e/ou corte? _____

20 – Costuma fornecer suplementação de pastagem para o gado?

a) () Sim. Em que época do ano? _____

b) () Não. Por que? _____

21 – A suplementação fornecida ao gado é produzida na propriedade?

a) () Sim. Como? _____

b) () Não. Onde é adquirida? _____

22 – Ordem das atividades econômicas mais importantes na(s) propriedade(s)

--	--	--	--	--	--

1^a 2^a 3^a 4^a 5^a 6^a

1 – Bovinocultura de corte

2 – Bovinocultura de leite

3 – Bovinocultura mista

4 – Extração vegetal

5 – Silvicultura

6 – Lazer

7- Hortalíça

9 – Cultura permanente (café, fruticultura, etc.)

10 - Comércio

11 – Extração de areia

12 – Extração de argila

13 – piscicultura

14 – Indústria caseira / doméstica

15 - Outra atividade

Especificar: _____

22.1 – Quanto à atividade criatória:

Tipo	Número de cabeças
Bovino de corte	
Bovino leiteiro	
Eqüino	
Suíno	
Caprino	
Aves	
Outros	

23.5 – O senhor faz práticas de conservação do solo em sua propriedade e de outras áreas que utiliza para produzir

	Possui na propriedade		Há quanto tempo	Tamanho da área
	Sim	Não		
Curvas de nível				
Terra em descanso (Pousio)				
Rotação de culturas				
Subsolagem				
Quebra vento				

V – DADOS SOBRE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE ANIMAL

24 – Total de rebanho: _____

Vacas para ordenha (em lactação) _____

Vacas cobertas _____

Bezerros _____

Gado de corte _____

Touros _____

Outros _____

25 – O leite é retirado de forma:

a) () manual

c) () ordenhadora mecânica

b) () pela família

d) () empregados, quantos? _____

25.1 – Quantas vacas por ordenha mecânica? _____

25.2 – Produz leite do tipo; (A) (B) (C)

25.3 – Possui tanque de expansão? () Sim. Quanto tempo? _____; () Não. Por que? _____

25.4 – Foi uma exigência da empresa(tanque de expansão)? () Sim () Não. Por que?

26 – Quanto recebe pelo litro de leite? _____

26.1 – Como o Sr. avalia a exigência do tanque de expansão (granelização do leite)?

26.2 – O Sr. estava preparado financeiramente para essa mudança? () Sim () Não, por que? _____

26.3 – Recebeu ajuda para aquisição do tanque de expansão?

De quem? _____

27 – Qual a procedência do rebanho? _____

28 – Idade do desmame dos bezerros? _____

29 – Idade da reposição das matrizes? _____

30 – Quantas ordenhas por dia? (1); (2); (3)

31 – Qual é a produção de litros por vaca/dia? _____

32 – Qual é a produção total por dia? _____

VI – DADOS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE DO LEITE

33 – Para qual empresa vende sua produção? _____

34 – Há quanto tempo vende leite para “empresa”? _____

34.1 – Quanto recebe por litro de leite vendido? _____

35 – Por que vende seu leite para essa “empresa”?

35.1 – Como é sua relação com a “empresa” a qual entrega sua produção leiteira?

35.2 – Pretende continuar fornecendo sua produção para empresa? () Sim () Não, por que? _____

36 – Como foi que chegou ser fornecedor de leite para a “empresa”? _____

37 – Responsável pelo transporte: () produtor; () “empresa”

38 – Despesas para produzir o leite (% aproximado)

mão-de-obra _____; Insumos _____; transporte _____

39 - Além do leite produz derivados: () Sim; () Não; Quais: _____

a) são vendidos: () sim; () não; () consumo próprio

b) de forma direta ()

c) através de intermediário ()

40 – A renda do leite é destinada a:

() subsistência da família (%) _____

() investimentos na atividade leiteira (%) _____

() Outros (%) _____

VII – DADOS SOBRE NUTRIÇÃO ANIMAL

41 -

Animal	Milho adquirido		Ração concentrada		Sal comum		Sal mineral	
	Quant.	Valor pago	Quant.	Valor pago	Quant.	Valor pago	Quant.	Valor pago

42 – Qual é a alimentação do gado leiteiro;

a) época da seca _____

b) época das águas _____

42.1 – Qual a procedência do alimento (insumo)?

() elaborado na propriedade

() compra, onde? _____

42.2 – Fez algum tipo de financiamento para o leite? () Não

() Sim. Quando (data/ano)? Por que?

a) órgão financiador _____

b) Como o dinheiro foi utilizado? _____

42.3 – O Sr. mantém-se informado sobre a atividade leiteira? () Sim.
Como? _____

() Não. Por que? _____

VIII – DADOS SOBRE MANEJO DO REBANHO

43 – O senhor aplica:

Vacinas:

a) Aftosa () Sim; () Não

b) Botulismo () sim; () Não

c) Brucelose () sim; () Não

d) Cólera/tifo () sim; () Não

e) Carbúnculo Sintomático () sim; () Não

43.1 – Vermifugação:

a) Bovinos adultos () sim; () Não

b) Caprinos () sim; () Não

C) Ovinos () sim; () Não

d) Suínos () sim; () Não

e) Bernicida () sim; () Não

f) Carrapaticida () sim; () Não

g) Antibiótico () sim; () Não

43.2 – Utiliza tratamento Fitoterápico (tratamento de doenças com plantas) com o gado?

() Sim. Por que? _____

() Não

43.3 – O Sr. conhece esse tipo de tratamento que vem sendo feito com o gado?

() Sim. Onde? _____

() Não

IX – DADOS SOBRE OUTROS RENDIMENTOS DA FAMÍLIA (TODAS AS FONTES

– AGO/2003 A Dez/2004)

44 -

FORMAS DE RENDA	QUANTIDADE EM DINHEIRO	OBSERVAÇÕES
1 – Com salários de membros da família: - Emprego Permanente		
- Emprego Temporário		
2 – Área cedida a terceiros		
3 – Com o aluguel de equipamentos		
4 – Com o extrativismo: lenha, etc.		
5 – Aposentadoria (Total da família)		
6 – Outra Fonte:		

44.1 – Trabalha fora da propriedade: () Sim Quando? _____

() Não.

44.2 – Quantas vezes por semana? _____

44.3 - Em qual atividade? _____

44.4 – Qual a renda **fora** da propriedade? _____44.5 – Qual a renda **dentro** da propriedade? _____44.6 – Existem **outras alternativas de renda**? () Sim. Quais? _____

() Não

X - DADOS SOBRE AS PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE LEITEIRA**45 – Qual é o grau de satisfação** do Sr. e de sua família em relação a ATIVIDADE AGÍCOLA?

a) muito satisfeito ()

c) insatisfeito

b) satisfeito ()

d) Não sabem, sem resposta

Por que? _____

46 – Qual é o grau de satisfação com o MEIO RURAL?

a) muito satisfeito ()

c) insatisfeito

b) satisfeito ()

d) Não sabem, sem resposta

Por que? _____

Se sim: tem contatos com técnicos da:

- a) EMATER Atuante No passado (Antes da granelização)
- b) Pesquisa Atuante No passado (Antes da granelização)
- c) Cooperativa Atuante No passado (Antes da granelização)
- d) Empresa privada Atuante No passado (Antes da granelização)
- e) Prefeitura Atuante No passado (Antes da granelização)
- f) Empresa Atuante No passado (Antes da granelização)
- g) Outros _____ Atuante No passado (Antes da granelização)

52 – A assistência é referente a: vacinas; enfermidades e doenças do gado;
 medicamentos; outra maneira: _____

XIII – DADOS SOBRE ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

53 – É filiado a:

- a) Sindicato Rural. Qual (is) _____ Tempo _____
- b) Cooperativa. Qual (is) _____ Tempo _____
- c) Associação de produtores. Qual (is) _____ Tempo _____
- d) Outro: _____

Qual (ais) o (s) benefício (s) desta (s) entidade (s)? _____

Qual o grau de satisfação?

- Ruim
- Bom
- Muito Bom
- Excelente

Por que? _____

54 - Frequência da participação

- a) Periódica
- b) Eventual
- c) Quase nunca

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO/DOCTORADO.

Dissertação: "A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA – ITUIUTABA (MG): persistência e resistência"

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA Presidente da Comunidade da Canoa – Ituiutaba – MG

Elaboração: Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1 - Nome do Entrevistado: _____ Data: _____ N°. _____

2 - Cargo/ Função: _____

II – INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE

1 – Nome da Comunidade: _____

2 – Ano de fundação: _____

3 – O presidente é pequeno produtor de leite? Se não, qual sua atividade? _____

4 – Nome do presidente anterior: _____

5 – Há um estatuto, regulamento ou regimento disciplinado as atividades da comunidade?

6 – Existe uma diretoria na Comunidade? () Não; () Sim. Qual sua composição? _____

7 – Localização: _____

8 – Área de abrangência da Comunidade: _____

9 – A Comunidade possui local específico para as reuniões? () Sim. onde? _____

() Não. Por que? _____

10 – Qual a frequência das reuniões: _____

11- Qual o objetivo principal da Comunidade? _____

12 – Número de produtores que fazem parte da Comunidade: _____

13 – Qual a condição dos produtores da Comunidade:

() proprietários. Quantos? _____

() arrendatários. Quantos? _____

() parceiros. Quantos? _____

() proprietários e arrendatários. Quantos? _____

() outra. Qual? _____ Quantos? _____

14 – Qual (is) o (s) fator (es) responsável (is) pela criação da Comunidade?

15 – Além dos produtores, algum órgão ou instituição colaborou na organização da Comunidade da Canoa? ()sim, qual? _____

() Não

16 – Qual (is) a (s) dificuldade (s) encontrada (s) inicialmente para a organização dos produtores da comunidade? _____

17 – Há alguma contribuição financeira por parte dos produtores da comunidade? () Não;
() Sim. Qual o valor? Com qual periodicidade é realizado o pagamento da contribuição?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO/ DOUTORADO.

Dissertação: "A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA – ITUIUTABA (MG): persistência e resistência"

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA: Filhos dos Produtores de Leite da Comunidade da Canoa em Ituiutaba – MG.

Elaboração: Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi

I – Dados sobre o ENTREVISTADO

1 - Nome do Entrevistado: _____ Data: _____ Nº. _____

2 – Idade: _____ 3 – Série: _____

4 – Escola: _____

4.1 – Qual meio de transporte você utiliza para ir a escola? _____

5 – Origem: _____

6 – Local da residência: _____

7 – Filiação: _____ Idade: _____

_____ Idade: _____

8 – Quantos irmãos você tem? E qual a idade dele(s)? _____

9 – Há quanto tempo está na propriedade? _____

10 – Seus pais são: () proprietários () arrendatários () outros. Qual? _____

11 – Você trabalha? _____ () com seus pais () em outra propriedade

12 – O que você faz? _____

13 – Você recebe salário? _____ Quanto? _____

14 – Você pretende continuar seus estudos? () Sim. Por que? _____

() Não. Por que? _____

15 – Qual a profissão que você pretende seguir? _____

28 – Quais são as principais dificuldades vivenciadas por sua família? _____

OUTRAS INFORMAÇÕES:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO/DOCTORADO.

Dissertação: "A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA – ITUIUTABA (MG): persistência e resistência"

ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTA: Empresas/Laticínios – Ituiutaba – MG

Elaboração: Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi

I – DADOS SOBRE A EMPRESA

Nome da Empresa: _____

1 - Nome do Entrevistado: _____ **Data:** _____ **Nº.** _____

2 - Cargo/ Função: _____

2.1 – Há quanto tempo ocupa o cargo/função: _____

2.2 – Qual a função ou cargo que o Sr. vinha desempenhando na empresa antes da atual?

3 - Quando a cooperativa/laticínio foi fundada (o)em Ituiutaba? _____

4 - A estrutura organizacional da cooperativa/laticínio consta de um Conselho Fiscal? e Diretoria (Diretor Presidente, Diretor Comercial e Diretor Administrativo)?

5 - Além das Assembléias, onde são tomadas as decisões de interesse da cooperativa/laticínio? _____

6 - Quais os municípios que fornecem leite para a cooperativa/laticínio? _____

7 - Qual é a produção de leite “in natura” recebido pela cooperativa/laticínio (produção diária)? _____ litros/dia.

8 - Qual é a produção em litros de leite do município de Ituiutaba? _____

9 - Qual o número total de produtores que comercializam o leite na cooperativa/laticínio?

10 - Desse total quantos são do município de Ituiutaba? _____

11 – Qual o critério da Cooperativa/laticínio para classificar os produtores em pequenos, médios e grandes? (ou seja, existe algum tipo de classificação, é baseado em que: tamanho do rebanho, tamanho da propriedade? Ou quantidade de litros de leite que entrega?)

12 - Desse total qual é a participação dos pequenos produtores ? _____

13 – A Cooperatia/Laticínio promove reuniões /assembléias com os produtores? () Sim;

() Não, com que freqüência? _____

14 – Como o Sr. avalia a participação dos produtores nas reuniões ou assembléias promovidas pela Cooperatca/laticínio? _____

15 – Como é a relação entre o Sr. e os fornecedores (produtores) da Cooperativa/laticínio?

16 – Há produtores que saem da Cooperativa/laticínio procurando um melhor preço e depois retornam, isso causa algum problema ou transtorno para vocês?

a) () Sim

b) () Não

Por que? _____

17 - Você poderia explicar porque acontece isso? _____

18 - A coleta de leite do produtor é feita:

a) Por caminhões? () Sim; () Não

b) Os caminhões coletores são da cooperativa/laticínio? () Sim; () Não

c) O produtor paga o transporte? () Sim; () Não. Por que? _____

d) No preço do leite pago ao produtor quanto é deduzido no transporte? R\$ _____

Ou % _____

19 - Quantos cooperados/fornecedores (laticínio) possuem tanque de expansão? _____

20 - A cooperativa/laticínio exige o tanque de expansão? () Sim; () Não. Por que? _____

21 - A cooperativa/laticínio faz financiamento para o pequeno produtor comprar o Tanque de Expansão? () Sim Não. Por que? _____

22 - Qual a periodicidade do recolhimento do leite armazenado através do tanque de expansão? _____

23 - Qual é o preço pago por litro de leite? (latão)R\$ _____ (granelizado- tanque) R\$ _____

24 - Qual é o sistema de pagamento? _____

25 - Qual o preço do leite entregue:

a) Na seca? R\$ _____

b) Nas águas? R\$ _____

c) O que é feito com excedente de leite no período das águas (maior produção)? _____

26 - A Cooperativa/laticínio desempenha algum projeto para ajudar os produtores na aquisição e instalação de tanque de expansão? (financiamento, empréstimo, etc., como funciona?) _____

27 - Há resistência por parte dos produtores em geral para entrar no programa de granelização do leite? _____

28 - Qual será o futuro do produtor que não entrar no programa de granelização,?

29 - Qual é o papel da Cooperativa/laticínio nos dias de hoje (no município de Ituiutaba)?

30 - De que forma a Cooperativa/laticínio vem crescendo e enfrentando as mudanças deste mundo cada vez mais globalizado? _____

31 – Como é a atuação da Cooperativa/laticínio no município e na região? () Forte. Por que? _____

() Fraca. Por que? _____

32 – A cooperativa/laticínio vem contribuindo para a reprodução social dos pequenos produtores de leite na região de Ituiutaba? () Sim. De que forma?

() Não. Por que? _____

33 – Quais são os principais problemas ou dificuldades que enfrentam hoje a Cooperativa/laticínio e os pequenos produtores de leite?

34 – De que forma a importação de leite em pó traz prejuízo para os produtores brasileiros?

35 – Há políticas apropriadas para o setor agropecuário?

() Sim. Como constatar? _____

() Não. Por que? _____

36 - Como é o processo da chamada “cota do produtor”? _____

37 - Como é feito o controle do teor de gordura? _____

38 - Se o produtor não aumenta o teor de gordura qual a atitude da cooperativa/laticínio?

39. Na cooperativa/laticínio há orientação para que o produtor possa produzir mais e melhor?

a) () Sim – Como é feito? _____

b) () Não – Por que? _____

40 - A Cooperativa / laticínio oferece assistência aos produtores(fornecedores)? () Sim, de que forma? _____

() Não, por que? _____

41 - Quais os produtos industrializados pela cooperativa/laticínio? _____

42 - Quais são os mercados onde os produtos industrializados pela cooperativa/laticínio, são comercializados? (Quais Estados e Regiões) _____

43 - O leite resfriado é comercializado em quais regiões e Estados?

44 - Informações sobre o leite que é comercializado diretamente à população.

II – DADOS SOBRE A HISTÓRIA DA COOPERATIVA/LATICÍNIO / PRODUTORES

45 – Razão social da empresa. _____

46 – Como funciona a Cooperativa/laticínio (divisão: unidades /áreas ou setores e como funciona cada uma). _____

47 – Quantos produtores de leite no início? Quantos neste momento? Os produtores hoje, são os mesmos ou não? _____

48 – No início das atividades industriais, qual a procedência dos equipamentos?

49 – Qual a área da Cooperativa/laticínio? (em m2). _____

50 – Quantos funcionários a empresa possui? _____

III – DADOS SOBRE A PRODUÇÃO / CONSUMO / TECNOLOGIA

51 – A empresa atua com capacidade máxima de produção? () Sim () Não, por que?

52 – Como está dividida a Cooperativa/laticínio? (setores / áreas etc.) _____

53 – O que a Cooperativa/laticínio produziam no início? O que produziu até dezembro de 2004? (hoje tem mais, menos ou igual número de produtos que no início)?

54 – Qual o destino da produção da Cooperativa/laticínio (tipo de compradores / lugares).

55 - Como os produtos são transportados até o local da venda, ou seja, quem cobre os custos de transporte, a Cooperativa/laticínio ou o comprador?

56 - Como são encaminhados os produtos até o local de venda?

57 - Quanto tempo gastam com a entrega? _____

58 – Qual o raio de atuação da Cooperativa/laticínio? _____

59 – As máquinas (equipamentos) que utilizam são nacionais ou estrangeiras?

60 - Há quanto tempo operam? _____

61 - São renovadas periodicamente? _____

62 - Há assistência técnica? _____

63 - Onde são feitos os consertos dos equipamentos? _____

64 - Quem cobre os gastos com manutenção? _____

65 – Os equipamentos utilizados são novos, ou procedem de outros estabelecimentos, que delas já se serviram? () Sim () Não, por que? _____

66 – Há facilidade de conseguir operários especializados? () Sim () Não, por que? _____

67 - Como a Cooperativa/laticínio treina e aperfeiçoa a mão-de-obra? _____

68 – Quais são os principais produtos fabricados hoje? _____

69 – Há projeto para ampliar a linha de produtos? () Sim () Não, por que? _____

70 – Há alguma estrutura para armazenamento da produção? () Sim (). Qual a capacidade de armazenamento? () Não, por que? _____

71 – A Cooperativa/laticínio considera que a produção atende à demanda dos consumidores? () Sim () Não, por que? _____

72 – Em que mercados a Cooperativa/laticínio atuam internamente (% , aproximado). _____

IV – DADOS SOBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS / FINANCIAMENTOS / PERSPECTIVAS

73 – Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela Cooperativa/laticínio na atualidade? Por que? _____

74 – Onde se localizam as outras indústrias da Cooperativa/laticínio?

75 – A Cooperativa/laticínio faz empréstimos ou financiamentos aos produtores, ou atua como intermediária entre os produtores e os órgãos financiadores? _____

76 – A Cooperativa/laticínio faz investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos?

() Sim

() Não, por que? _____

77 – Em relação ao desempenho da Cooperativa/laticínio, como considera os impactos dos seguintes fatores:

78 – inflação, crises econômicas e recessão: () Negativa () Positiva, por que? _____

79 – planos econômicos: : () Negativa () Positiva, por que? _____

80 – taxas de juros: () Negativa () Positiva, por que? _____

81 – falta de política industrial ou voltada para a pecuária? : () Negativa () Positiva, por que? _____
